assinaturadigital IMPRENSA OFICIAL
A CODERP garante a autenticidade deste documento quando visualizado nos sites:
www.ribeiraopreto.sp.gov.br
www.coderp.com.br

Diário Oficial

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP

ANO 44 - Nº 9.937 | Quinta-feira, 14 de Abril de 2016 | www.ribeiraopreto.sp.gov.br

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Daerp

Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

PORTARIA Nº 046

DE 11 DE ABRIL DE 2016

MARCO ANTONIO DOS SANTOS, Diretor Superintendente do DAERP - Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal e Regime Interno,

Pela presente, exonera a pedido o Sr. **FABIO MONTORIO SOUTO**, RG. 44.114.249-7, do cargo de Agente de Administração, deste Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto, a partir de 11 de abril de 2016 (Processo Administrativo nº 04 2016 010364 1).

PORTARIA Nº 049

DE 12 DE ABRIL DE 2016

Pela presente, no exercício das funções definidas nos artigos 259 e 260, parágrafo 1º da Lei nº 3.181/76 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Ribeirão Preto), instaura Sindicância Administrativa, a ser conduzida pelos membros abaixo relacionados, para apurar os fatos relatados no memorando nº 108/2016 da Divisão de Transporte, fixando o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta, para a sua conclusão, conforme segue:

Presidente: ADILSON QUAGLIO
Membro: ADEMIR EMÍDIO TORRES
Membro: JOÃO FRANCISCO MARIOTTI

CUMPRA-SE
MARCO ANTONIO DOS SANTOS
Diretor Superintendente

DA-POR

IPM

Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto

ATO Nº 121

DE 12 DE ABRIL DE 2016

O Diretor Superintendente Interino do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 e nos Artigos 126, inciso I, 127, inciso II, alínea "a", Artigos 128 da Lei nº 3.181/76, com nova redação dada pela Lei nº 5.521/89 e Artigo 209 e 210 da Lei nº 3.181/76 e Artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e considerando o que foi apurado no Processo Administrativo Nº 490/2008-E,

Resolve:

I - Conceder à Senhora **CLEIDE APARECIDA FERNANDES GALLACIO**, R.G. nº 5.675.598-3, PIS/PASEP 12289056652, Cozinheira, regida pelo regime jurídico estatutário, lotado na Secretaria Municipal da Educação, aposentadoria por invalidez a partir de 1º de maio de 2016 (01/05/2016), ficando-lhe assegurado os proventos mensais proporcionais a 22/30 anos, composto do Vencimento - Nível 01.1.08; Adicionais por Tempo de Serviço - 04 (quatro) (incidentes sobre o vencimento); Sexta Parte dos Vencimentos (incidentes sobre o vencimento e os adicionais por tempo de serviço) e Adiantamento do Prêmio Incentivo - Artigo 1º da Lei Complementar nº 1.439/03, observando-se o disposto no Artigo 46 do Decreto nº 3.048/99.

II - Os encargos com o pagamento desta aposentadoria correrão por conta deste Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto - I.P.M.

III - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

ATO Nº 122

DE 12 DE ABRIL DE 2016

O Diretor Superintendente Interino do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 e nos Artigos 126, inciso I, 127, inciso II, alínea "a", Artigos 128 da Lei nº 3.181/76, com nova redação dada pela Lei nº 5.521/89 e Artigo 209 e 210 da Lei nº 3.181/76 e Artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e considerando o que foi apurado no Processo Administrativo Nº 1248/2013-I,

Resolve:

I - Conceder à Senhora **MARGARIDA DE ALMEIDA GOMES**, R.G. nº 11.865.581-4, PIS/PASEP 10786244485, Agente de Operações, regida pelo regime jurídico estatutário, lota-da na Secretaria Municipal de Assistência Social, aposentadoria por invalidez a partir de 1º de maio de 2016 (01/05/2016), ficando-lhe assegurado os proventos mensais proporcionais a 27/30 anos, composto do Vencimento - Nível 01.1.04; Adicionais por Tempo de Serviço - 04 (quatro) (incidentes sobre o vencimento); Sexta Parte dos Vencimentos (incidentes sobre o vencimento e os adicionais por tempo de serviço) e Adiantamento do Prêmio Incentivo - Artigo 1º da Lei Complementar nº 1.439/03, observando-se o disposto no Artigo 46 do Decreto nº 3.048/99.

II - Os encargos com o pagamento desta aposentadoria correrão por conta deste Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto - I.P.M.

III - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

ATO Nº 123

DE 12 DE ABRIL DE 2016

O Diretor Superintendente Interino do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03; nos Artigos 126, inciso III, alínea "a" e 127, inciso I, alínea "b" da Lei nº 3.181/76, com nova redação dada pela Lei nº 5.521/89 e nos Artigos 209 e 210 da Lei nº 3.181/76, bem como considerando o que foi apurado no Processo Administrativo Nº 221/2015-I,

Resolve:

I - Conceder à Senhora **GICELDA FERREIRA LIMA**, R.G. nº 5.698.603, PIS/PASEP 12172124615, Auxiliar de Saúde Bucal, regida pelo regime jurídico estatutário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, aposentadoria voluntária integral, a partir de 1º de maio de 2016 (01/05/2016), ficando-lhe assegurado os proventos mensais integrais, composto do Vencimento - Nível 12.1.04; Adicionais por Tempo de Serviço - 05 (cinco) (incidentes sobre o vencimento); Sexta Parte dos Vencimentos (incidentes sobre o vencimento e os adicionais por tempo de serviço); Adicional de Insalubridade 20% - conforme Lei Complementar nº 1.956/2006 e Adiantamento do Prêmio Incentivo - Artigo 1º da Lei Complementar nº 1.439/03.

II - Os encargos com o pagamento desta aposentadoria correrão por conta deste Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto - I.P.M.

III - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

ATO Nº 124

DE 13 DE ABRIL DE 2016

O Diretor Superintendente Interino do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03; nos Artigos 126, inciso III, alínea "a" e 127, inciso I, alínea "b" da Lei nº 3.181/76, com nova redação dada pela Lei nº 5.521/89 e nos Artigos 209 e 210 da Lei nº 3.181/76, bem como considerando o que foi apurado no Processo Administrativo Nº 291/2016-I,

Resolve:

I - Conceder à Senhora **MARIA DE FÁTIMA PONTES CARVALHO**, R.G. nº 17.980.018-8, PIS/PASEP 10747709871, Agente de Operações, regida pelo regime jurídico estatutário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, aposentadoria voluntária integral, a partir de 1º de maio de 2016 (01/05/2016), ficando-lhe assegurado os proventos mensais integrais, composto do Vencimento - Nível 01.1.05; Adicionais por Tempo de Serviço - 05 (cinco) (incidentes sobre o vencimento); Sexta Parte dos Vencimentos (incidentes sobre o vencimento e os adicionais por tempo de serviço) e Adiantamento do Prêmio Incentivo - Artigo 1º da Lei Complementar nº 1.439/03.

II - Os encargos com o pagamento desta aposentadoria correrão por conta deste Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto - I.P.M.

III - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

ATO Nº 125

DE 13 DE ABRIL DE 2016

O Diretor Superintendente Interino do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 23 e parágrafos, e § 6º do Artigo 7º da Lei Complementar nº 1.012/2000 e do § 7º e incisos do Artigo 1º da Emenda Constitucional Nº 41/2003, e Artigo 66 incisos e parágrafos da Orientação Normativa Nº 02/2009 do MPAS e considerando o que foi apurado no Processo Administrativo Nº 333/2016-I,

Resolve:

I - Conceder à Senhora **LÚCIA COSTA MARCON** o benefício de pensão por morte do Senhor **ANTÔNIO BARAÚNA MARCON**, na proporção de 100% (cem por cento), a partir data do óbito, ou seja, 23 de março de 2016.

II - Nos termos do Artigo 3º, Inciso II da Lei Complementar nº 2.504/2011 os encargos com o pagamento desta pensão correrão por conta deste Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto - IPM.

III - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

ATO Nº 126

DE 13 DE ABRIL DE 2016

O Diretor Superintendente Interino do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 23 e parágrafos, e § 6º do Artigo 7º da Lei Complementar nº 1.012/2000 e do § 7º e incisos do Artigo 1º da Emenda Constitucional Nº 41/2003, e Artigo 66 incisos e parágrafos da Orientação Normativa Nº 02/2009 do MPAS e considerando o que foi apurado no Processo Administrativo Nº 302/2016-I,

Resolve:

I - Conceder à Senhora **ANA CÉLIA DA SILVA GIUVELINI** o benefício de pensão por morte do Senhor **ALBERTO ANTONIO GIUVELINI**, com observância ao teto do Regime Geral da Previdência Social, conforme Inciso I do § 7º do Artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41 e Artigo 2º, I da Lei nº 10.887/04, na proporção de 100% (cem por cento), a partir data do óbito, ou seja, 21 de março de 2016.

II - Nos termos do Artigo 3º, Inciso II da Lei Complementar nº 2.504/2011 os encargos com o pagamento desta pensão correrão por conta deste Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto - IPM.

III - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

ATO Nº 127

DE 13 DE ABRIL DE 2016

O Diretor Superintendente Interino do Instituto de Previdência dos Municipiários de Ribeirão Preto, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 23 e parágrafos, e § 6º do Artigo 7º da Lei Complementar 1012/2000 e do § 7º e incisos do Artigo 1º da Emenda Constitucional Nº 41/2003, e Artigo 66 incisos e parágrafos da Orientação Normativa Nº 02/2009 do MPAS e considerando o que foi apurado no Processo Administrativo nº 286/2016-I,

Resolve:

I - Conceder à Senhora **ANTONIA DE MATTOS DEZERTO** o benefício de pensão por morte do Senhor **SALVADOR DEZERTO**, na proporção de 100% (cem por cento), a partir data do óbito, ou seja, 25 de março de 2016.

II - Nos termos do Artigo 3º, Inciso I da Lei Complementar nº 2.504/2011 os encargos com o pagamento desta pensão correrão por conta da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

III - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO DA SILVA
Diretor Superintendente - Interino
IPM

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Administração

Secretaria Municipal da Administração

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
Concorrência Pública nº 05/2016
Processo de Compra nº 0116/2016

Objeto: Alienação de áreas situadas no loteamento do Distrito Empresarial de Ribeirão Preto - 3ª Etapa, conforme des-

Diário Oficial
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - SP
www.ribeiraopreto.sp.gov.br

Imprensa Oficial do Município de Ribeirão Preto

Lei nº 1.482 de 20/novembro/1964
Lei nº 2.591 de 10/janeiro/1972

Dárcy da Silva Vera
Prefeita Municipal

Marco Antonio dos Santos
Diretor Superintendente Coderp

Marcia Roseli Rosseto
Jornalista Responsável - MTb 21.777

Carlos Cesar Pires de Sant'Anna
Gerente da Imprensa Oficial

Administração/Redação/Impressão
Rua Saldanha Marinho, 834 - Centro
Cep 14010-060 - Ribeirão Preto - SP

Telefones
Recepção 3977-8290
Fax 3977-8293

E-mail: imprensaoficial@coderp.com.br

Pesquisa Edições:
www.ribeiraopreto.sp.gov.br

Índice sequencial

PODER EXECUTIVO
Gabinete da Prefeita
(Portarias, Ofícios, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos, Resoluções.)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Secretarias Municipais
(Portarias, Ofícios, Resoluções)
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
Autarquias, Empresas Públicas, Fundações e Sociedade de Economia Mista.
(Portarias, Ofícios, Resoluções)
LICITAÇÕES E CONTRATOS
(Atos da Administração Direta e Indireta)
CONCURSOS PÚBLICOS
(Atos da Administração Direta e Indireta)
PODER LEGISLATIVO
(Atos Gerais)
INEDITORIAIS
(Diversos de terceiros)

crito em Edital, Memorial Descritivo e Imagens de Localização.
Guilherme Henrique Gabriel da Silva, Secretário Municipal da Administração Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Comissão Municipal de Licitações no bojo do certame licitatório e ADJUDICA o objeto da Concorrência Pública em epígrafe, às empresas abaixo, conforme especificado:
METALURGICA FAGE LTDA. - CNPJ nº 50.724.624/0001-20, Rua José de Alencar, 1294, Ribeirão Preto/SP, nas **áreas 29, 30 e 31**, totalizando o valor de R$ 585.330,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta reais);
COMERCIAL ALIMENTÍCIA PULMER LTDA. - CNPJ nº 71.689.228/0001-89, Rua Lucinda Tibério Andreolli, nº 1029, Ribeirão Preto/SP, nas **áreas 25 e 26**, totalizando o valor de R$ 389.100,00 (trezentos e oitenta e nove mil e cem reais);
SAMPAIO & PARTATA LTDA-EPP - CNPJ nº 55.996.441/0001-87, Rua Amador Bueno, nº 261, Ribeirão Preto/SP, na área 32, com o valor de R$ 200.100,00 (duzentos mil e cem reais);
SCHIPPERS DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E SERVIÇOS LTDA. - CNPJ nº 18.192.113/0001-00, Rua Virgílio de Carvalho Neves Neto, nº 966, Ribeirão Preto/SP, nas **áreas 35 e 40**, totalizando o valor de R$ 1.846.710,72 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, setecentos e dez reais e setenta e dois centavos);
SOL MILLENNIUM BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A - CNPJ nº 14.336.329/0001-32, Rua Virgílio de Carvalho Neves Neto, nº 1065, Ribeirão Preto/SP, na **área 44**, com o valor de R$ 971.000,00 (novecentos e setenta e um mil reais);
INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA-EPP - CNPJ nº 18.872.656/0001-60, Rua Jorge Lobato, 1410, Ribeirão Preto/SP, nas **áreas 27 e 28**, totalizando o valor de R$ 389.507,84 (trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sete reais e oitenta e quatro centavos);
AGROTRIED AGROCIÊNCIA E TECNOLOGIA LTDA. - CNPJ nº 22.496.631/0001-86, Rua Franco da Rocha, nº 503, Ribeirão Preto/SP, na **área 33**, com o valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais);
RIBEIRÃO LONAS E EMBREAGENS LTDA. - CNPJ nº 05.107.876/0001-55, Angelo Mattioli, nº 525/545, Ribeirão Preto/SP, na **área 18**, com o valor de R$ 545.350,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil, trezentos e cinqüenta reais);
CHANDELIE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-ME - CNPJ nº 20.064.750/0001-34, Rua Sebastião Ferreira Souto, nº 150, Ribeirão Preto/SP, na **área 24**, com o valor de R$ 592.497,01 (quinhentos e noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e um centavo).

Ribeirão Preto, 12 de abril de 2016
GUILHERME H. GABRIEL DA SILVA
Secretário Municipal da Administração - Interino

AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS
Concorrência Pública nº 05/2016
Processo de Compra nº 0116/2016

Objeto: Alienação de áreas situadas no loteamento do Distrito Empresarial de Ribeirão Preto - 3ª Etapa, conforme descrito em Edital, Memorial Descritivo e Imagens de Localização.
A Comissão Municipal de Licitações, torna público e para conhecimento dos licitantes participantes da Concorrência Pública em epígrafe, que examinadas as propostas apresentadas, chegou ao seguinte julgamento:
Licitantes Vencedores por Itens: METALURGICA FAGE LTDA., nas **áreas 29, 30 e 31**, totalizando o valor de R$ 585.330,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta reais);
COMERCIAL ALIMENTÍCIA PULMER LTDA., nas **áreas 25 e 26**, totalizando o valor de R$ 389.100,00 (trezentos e oitenta e nove mil e cem reais);
SAMPAIO & PARTATA LTDA-EPP, na **área 32**, com o valor de R$ 200.100,00 (duzentos mil e cem reais);
SCHIPPERS DO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E SERVIÇOS LTDA., nas **áreas 35 e 40**, totalizando o valor de R$ 1.846.710,72 (um milhão oitocentos e quarenta e seis mil, setecentos e dez reais e setenta e dois centavos);
SOL MILLENNIUM BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A, na **área 44**, com o valor de R$ 971.000,00 (novecentos e setenta e um mil reais);
INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA-EPP, nas **áreas 27 e 28**, totalizando o valor de R$ 389.507,84 (trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sete reais e oitenta e quatro centavos);
AGROTRIED AGROCIÊNCIA E TECNOLOGIA LTDA., na **área 33**, com o valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais);
RIBEIRÃO LONAS E EMBREAGENS LTDA., na **área 18**, com o valor de R$ 545.350,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil, trezentos e cinqüenta reais);
CHANDELIE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-ME, na **área 24**, com o valor de R$ 592.497,01 (quinhentos e noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e um centavo).

Ribeirão Preto, 12 de abril de 2016
PAULO FERREIRA MUNIZ
Presidente da Comissão Municipal de Licitações

COMUNICADO
Convite de Preços nº 016/2016
Processo de Compra nº 0129/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para Reparo de Bacias de Contenção no bairro Parque dos Servidores, conforme descrito em Edital e seus anexos.
A Comissão Municipal de Licitações, torna público e para conhecimento de quem possa interessar, que a licitação acima descrita foi julgada **DESERTA**, visto a ausência de licitantes interessados no presente certame.

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
PAULO FERREIRA MUNIZ
Presidente da Comissão Municipal de Licitações

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
Convite de Preços nº 016/2016
Processo de Compra nº 0129/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para Reparo de Bacias de Contenção no bairro Parque dos Servidores, conforme descrito em Edital e seus anexos.
Guilherme Henrique Gabriel da Silva, Secretário Municipal da Administração Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Comissão Municipal de Licitações.

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
GUILHERME H. GABRIEL DA SILVA
Secretário Municipal da Administração - Interino

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
Convite de Preços nº 018/2016
Processo de Compra nº 0171/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para retirada, substituição e manutenção de areia do Parque Infantil da EMEI Anita Procópio Junqueira, incluindo todo o material utilizado, conforme descrito em Edital completo.
A Comissão Municipal de Licitações, torna público e para conhecimento dos licitantes participantes do Convite de Preços em epígrafe, que examinados os documentos apresentados, chegou ao seguinte julgamento:
Licitantes Habilitados:
R S RIBEIRO ROSSI-ME e MIQUEIAS CISCATI DE OLIVEIRA.
Licitantes Inabilitados:
MANTOVANI & LIMA MANTOVANI LTDA-ME, por descumprir os subitens: **5.3.1.1** do edital (por apresentar a CND Federal vencida);
5.3.1.3 do edital (por apresentar a CND Municipal vencida).a CND Federal vencida);
5.3.1.3 do edital (por apresentar a CND Municipal vencida).
Em conformidade com o Artigo 109, § 6º da Lei 8.666/93, a Comissão concede, após esta publicação, o prazo para inter-

posição de recursos, ficando a abertura dos **envelopes de nº 02** marcada para o **dia 20/04/2016 às 09:00 horas**, na sala de Licitações. Em havendo recursos, a data designada para o prosseguimento do certame ficará automaticamente sem efeito.

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
PAULO FERREIRA MUNIZ
Presidente da Comissão Municipal de Licitações

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
Convite de Preços nº 019/2016
Processo de Compra nº 0172/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de pão francês pelo período de 12 (doze) meses prorrogáveis para a Secretaria Municipal de Esportes, conforme descrito em Edital completo.

Guilherme Henrique Gabriel da Silva, Secretário Municipal da Administração Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Comissão Municipal de Licitações no bojo do certame licitatório e ADJUDICA o objeto do Convite em epígrafe, à empresa abaixo, conforme especificado:

PANIFICADORA BAGUETE DE OURO DE RIBEIRÃO PRETO LTDA-EPP - CNPJ nº 96.290.002/0001-31, Rua Salvador Parducci, nº 20 Ribeirão Preto/SP, com a proposta no valor unitário de R$ 10,60, totalizando o valor global de R$ 6.360,00 (seis mil, trezentos e sessenta reais) - Recurso Próprio.

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
GUILHERME H. GABRIEL DA SILVA
Secretário Municipal da Administração - Interino

AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS
Convite de Preços nº 019/2016
Processo de Compra nº 0172/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de pão francês pelo período de 12 (doze) meses prorrogáveis para a Secretaria Municipal de Esportes, conforme descrito em Edital completo.

A Comissão Municipal de Licitações, torna público e para conhecimento dos licitantes participantes do Convite em epígrafe, que examinadas as propostas apresentadas, chegou ao seguinte julgamento:

Licitante Vencedor: PANIFICADORA BAGUETE DE OURO DE RIBEIRÃO PRETO LTDA.-EPP, com a proposta no valor unitário de R$ 10,60, totalizando o valor global de R$ 6.360,00 (seis mil, trezentos e sessenta reais).

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
PAULO FERREIRA MUNIZ
Presidente da Comissão Municipal de Licitações

EDITAL DE ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0027/2016
Processo de Compra nº 0099/2016

Objeto: Aquisição de luvas de vinil e de látex e fios de sutura, para serem utilizados nas castrações de animais, destinados à Coordenadoria de Bem Estar Animal, com a utilização de Recurso Próprio, conforme descrito no Edital e em seus anexos, para Secretaria da Casa Civil.

Paulo Augusto Saraiva, Pregoeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, ADJUDICA, ao licitante abaixo o objeto constante no bojo do certame licitatório, conforme especificado:

LOTE	ITEM	QTDE.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DO LOTE
3	3	40,0000	DESCARPACK	15,4700	618,8000
VALOR EMPRESA					**R$ 618,8000**
ALOISIO PINHEIRO DE SANTANA-ME.					
LOTE	**ITEM**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**TOTAL DO LOTE**
7	7	10,0000	SHALON	117,0000	1.170,0000
8	8	100,0000	SHALON	46,0000	4.600,0000
VALOR EMPRESA					**R$ 5.770,0000**
DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.					
LOTE	**ITEM**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**TOTAL DO LOTE**
1	1	320,0000	DESCARPACK	12,0300	3.849,6000
2	2	320,0000	DESCARPACK	12,0300	3.849,6000
VALOR EMPRESA					**R$ 7.699,2000**
JCF MARANA-ME.					
LOTE	**ITEM**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**TOTAL DO LOTE**
4	4	2.000,0000	MAXITEX	0,9470	1.894,0000
5	5	7.000,0000	MAXITEX	0,9280	6.496,0000
6	6	10,0000	QUALTRUS	108,3000	1.083,0000
VALOR EMPRESA					**R$ 9.473,0000**
NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.					

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
PAULO AUGUSTO SARAIVA
Pregoeiro

AVISO DE RETIFICAÇÃO
Pregão Presencial nº 037/2016
Processo de Compra nº 0120/2016

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos destinados para o Centro de Apoio a Animais Silvestres Vitimizados, com a utilização de Recurso FDO Pro Meio Ambiente L5580/90, conforme descrito no Edital e seus anexos.

A Comissão Municipal de Licitações, comunica a quem possa interessar, que a **RETIFICAÇÃO** do Edital de Adjudicação do certame em epígrafe, publicado no Diário Oficial do Município no dia 12/04/2016 torna-se sem efeito, permanecendo válida a publicação realizada no diário oficial do dia 06/04/2016 e retificada da seguinte forma:

ONDE SE LÊ: METALVET MÓVEIS VETERINÁRIOS LTDA...., totalizando o valor de R$ 13.492,33 (treze mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos); Ribeirão Preto, 05 de março de 2016.

LEIA-SE: METALVET MÓVEIS VETERINÁRIOS LTDA...., totalizando o valor de R$ 13.493,00 (treze mil, quatrocentos e noventa e três reais); Ribeirão Preto, 05 de abril de 2016.

Ribeirão Preto, 14 de abril de 2016
PAULO FERREIRA MUNIZ
Presidente da Comissão Municipal de Licitações

DESPACHO REVOGATÓRIO
Pregão Eletrônico nº 050/2016
Processo de Compras nº 0158/2016

Objeto: Aquisição de veículos automotores (modelo hatch), com a utilização do PMAT - Programa de Modernização Administrativa e Tributária, conforme descrito no Edital e seus anexos.

Guilherme H. Gabriel da Silva, Secretário Municipal da Administração - Interino, no uso das atribuições que lhe são inerentes e por solicitação da Secretaria Municipal da Fazenda, com fulcro no art. 49, caput da Lei nº 8.666/93, determina a **REVOGAÇÃO** do presente certame.

Ribeirão Preto, 12 de abril de 2016
GUILHERME H. GABRIEL DA SILVA
Secretário Municipal de Administração - Interino

DESPACHO REVOGATÓRIO
Pregão Eletrônico nº 051/2016
Processo de Compras nº 0159/2016

Objeto: Aquisição de motocicletas zero quilômetro, com a utilização do PMAT - Programa de Modernização Administrativa e Tributárias, conforme descrito no Edital e seus anexos.

Guilherme H. Gabriel da Silva, Secretário Municipal da Administração - Interino, no uso das atribuições que lhe são inerentes e por solicitação da Secretaria Municipal da Fazenda, com fulcro no art. 49, caput da Lei nº 8.666/93, determina a **REVOGAÇÃO** do presente certame.

Ribeirão Preto, 12 de abril de 2016
GUILHERME H. GABRIEL DA SILVA
Secretário Municipal de Administração - Interino

DESPACHO REVOGATÓRIO
Pregão Eletrônico nº 0293/2015
Processo de Compras nº 0833/2015

Objeto: Registro de preços para aquisição de kits VDRL para diagnóstico de sífilis, conforme descrito em Edital e seus anexos.

Guilherme H. Gabriel da Silva, Secretário Municipal da Administração - Interino, no uso das atribuições que lhe são inerentes e por solicitação da Secretaria Municipal da Saúde, com fulcro no art. 49, caput da Lei nº 8.666/93, determina a **REVOGAÇÃO** do presente certame.

Ribeirão Preto, 12 de abril de 2016
GUILHERME H. GABRIEL DA SILVA
Secretário Municipal da Administração - Interino

UE 02.06.30

Cohab

Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto

CNPJ 56.015.167/0001-80 - NIRE 35.300.044.207

AVISO AOS ACIONISTAS

A Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto, comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, em sua sede social, sito à Avenida Treze de Maio, nº 157, em Ribeirão Preto-SP, os documentos aos quais se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2015.

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
SILVIO GERALDO MARTINS FILHO
Diretor Presidente

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará, **às 14H00 do dia 25 de abril de 2016**, em sua sede social, na Avenida 13 de Maio, nº 157, em Ribeirão Preto-SP, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: a - Leitura, discussão e votação do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, do Relatório da Diretoria, do Parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2015; b - Eleição dos membros do Conselho Fiscal. II - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a - Autorização de ressarcimento aos cofres da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, da quantia retida do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, referente à dívida da COHAB-RP com a Caixa Econômica Federal; b - Autorização de dação em pagamento de imóveis pertencentes à Companhia, para ressarcimento parcial da dívida referida no item "a"; c - Outros assuntos de interesse social.

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
SILVIO GERALDO MARTINS FILHO
Diretor Presidente

(13, 14, 15/04)

CONTRATO Nº 03/2016 - PROC. Nº 391/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

Contratante: Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto-COHAB-RP.
Contratada: Verocheque Refeições Ltda.
Objeto: Fornecimento, administração e gerenciamento de valores alimentação.
Preço: Total anual de R$ 1.358.040,00.
Prazo: 12 meses.
Data: 12.04.2016.

SILVIO GERALDO MARTINS FILHO
Diretor Presidente
LUCIANA MORAES TAFFO DOMINGOS
Diretora Financeira e Comercial

Daerp

Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

COMUNICADO
Pregão Presencial nº 008/2016
Processo de Compra nº 04-2016/004180-8

Objeto: Martelo Rompedor/Demolidor a Gasolina.
Marco Antonio dos Santos, Diretor Superintendente do Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, torna público que a licitação sob a modalidade Pregão Presencial 008/2016 foi **DESERTA**, considerando-se a ausência de empresas interessadas no objeto.

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
MARCO ANTONIO DOS SANTOS
Superintendente
DAERP

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Presencial nº 013/2016
Processo de Compra nº 04-2016/005365-2

Objeto: Registrador Eletrônico de Pressão e Pressão Diferencial.
Marco Antonio dos Santos, Diretor Superintendente do Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, Homologa o Procedimento Licitatório que adjudicou o objeto à empresa:
LAMON PRODUTOS LTDA., com o CNPJ: 26.014.795/0001-80,e, sede à Rua Crepusculo, nº 110, no Município de Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais, no item:

ITEM	QUANT.	UNID.	OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3	UNID.	REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PRESSÃO E PRESSÃO DIFERENCIADA	LAMON	34.000,00	102.000,00
			VALOR TOTAL			**102.000,00**

Ribeirão Preto, 14 de abril de 2016
MARCO ANTONIO DOS SANTOS
Superintendente
DAERP

EDITAL DE CHAMAMENTO
Pregão Presencial nº 22/2016
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: FORNECIMENTO DE AÇÚCAR E CAFÉ.
A Sessão Pública de Pregão, será realizada às **09:00 horas do dia 02 de maio de 2016**, na Sala de Licitações do DAERP, situada na Rua Amador Bueno, nº 22, Centro, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.
O edital completo está disponível gratuitamente pela Internet na página do DAERP (www.daerp.ribeiraopreto.sp.gov.br).

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
MARCO ANTONIO DOS SANTOS
Superintendente
DAERP

EDITAL DE CHAMAMENTO
Pregão Presencial nº 23/2016
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: FORNECIMENTO DE PAPEL SULFITE A4.
A Sessão Pública de Pregão, será realizada **às 14:00 horas do dia 02 de maio de 2016**, na Sala de Licitações do DAERP, situada na Rua Amador Bueno, nº 22, Centro, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.
O edital completo está disponível gratuitamente pela Internet na página do DAERP (www.daerp.ribeiraopreto.sp.gov.br).

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
MARCO ANTONIO DOS SANTOS
Superintendente
DAERP

DA-LIC

Fipase

Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde de Ribeirão Preto

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
CARTA CONVITE Nº 01/2016
Processo nº 20/2016

A Comissão de Licitação da FIPASE torna pública a retificação do Edital da Carta Convite nº 01/2016. Objeto: Contratação de empresa para prestação de consultoria em modelo de negócios para gestão de empresas incubadas de base tecnológica da SUPERA Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, gerida pela FIPASE, com o objetivo de apoiar os ges-

tores das empresas na análise, avaliação e solução de problemas de gestão, conforme especificado no anexo I do Edital.
O Edital encontra-se disponível no site: www.superaparque.com.br/licacoes.
Encerramento da entrega dos Envelopes:
26/04/2016 às 12h00.
Data de Abertura: 26/04/2016 às 14h00.

Ribeirão Preto 13 de abril de 2016
LUCIANA MARIA SOUZA DE PAIVA
Presidente da Comissão de Licitação da FIPASE

PODER LEGISLATIVO

Câmara
Câmara Municipal de Ribeirão Preto

RESUMO DE ATOS DA MESA

1025/2016 - Nomeia, a partir de 01 de abril de 2016, o senhor **ANDRÉ LUÍS DE JESUS**, portador do RG. nº 22.440.752-1-SSP/SP, em caráter efetivo, mas sujeito ao estágio probatório, para o cargo de "Editor de Videotape (VT)", Nível "17.1. 01", Classe 1, constante do anexo "I", da Lei nº 9.068/2001, de 04 de janeiro de 2001, c/c LC nº 2.716/15, de 28 de maio de 2015, vago nesta data, em razão de sua aprovação e classificação no concurso público nº 01/2015, estando ainda de acordo com os termos do artigo 28 e incisos, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais (Lei nº 3.181/76).

1026/2016 - Nomeia, a partir de 01 de abril de 2016, o senhor **ELTON DE MATTOS FIGUEIREDO**, portador do RG. nº 44.434.967-4-SSP/SP, em caráter efetivo, mas sujeito ao estágio probatório, para o cargo de "Editor de Videotape (VT)", Nível "17.1.01", Classe 1, constante do anexo "I", da Lei nº 9.068/2001, de 04 de janeiro de 2001, c/c LC nº 2.755/16, de 26 de fevereiro de 2016, vago nesta data, em razão de sua aprovação e classificação no concurso público nº 01/2015, estando ainda de acordo com os termos do artigo 28 e incisos, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais (Lei nº 3.181/76).

1027/2016 - Nomeia, a partir de 01 de abril de 2016, a senhora **ANGÉLICA AIRES GODOY**, portadora do RG. nº 43.284.756-SSP/SP, em caráter efetivo, mas sujeito ao estágio probatório, para o cargo de "Radiotelefonista", Nível "01.1.09", Classe 1, constante do anexo "I", da Lei nº 9.068/2001, de 04 de janeiro de 2001, c/c LC nº 2.659/14, de 02 de junho de 2014, vago nesta data, em razão de sua aprovação e classificação no concurso público nº 01/2015, estando ainda de acordo com os termos do artigo 28 e incisos, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais (Lei nº 3.181/76).

1028/2016 - Nomeia, a partir de 01 de abril de 2016, a senhora **ALINE DE MATTOS FIGUEIREDO PENTEADO**, portadora do RG. nº 41.758.051-4-SSP/SP, em caráter efetivo, mas sujeito ao estágio probatório, para o cargo de "Editor de Videotape (VT)", Nível "17.1.01", Classe 1, constante do anexo "I", da Lei nº 9.068/2001, de 04 de janeiro de 2001, c/c LC nº 2.755/16, de 26 de fevereiro de 2016, vago nesta data, em razão de sua aprovação e classificação no concurso público nº 01/2015, estando ainda de acordo com os termos do artigo 28 e incisos, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais (Lei nº 3.181/76).

1029/2016 - Nomeia, a partir de 01 de abril de 2016, o senhor **PAULO RAPHAEL BAHIA NOGUEIRA**, portador do RG. nº 43.576.215-1-SSP/SP, em caráter efetivo, mas sujeito ao estágio probatório, para o cargo de "Editor de Videotape (VT)", Nível "17.1.01", Classe 1, constante do anexo "I", da Lei nº 9.068/2001, de 04 de janeiro de 2001, c/c LC nº 2.755/16, de 26 de fevereiro de 2016, vago nesta data, em razão de sua aprovação e classificação no concurso público nº 01/2015, estando ainda de acordo com os termos do artigo 28 e incisos, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais (Lei nº 3.181/76).

1030/2016 - Nomeia, a partir de 01 de abril de 2016, a senhora **DÉBORA CRISTINA PIAZZA**, portadora do RG. nº 30.558.848-5-SSP/SP, em caráter efetivo, mas sujeito ao estágio probatório, para o cargo de "Radiotelefonista", Nível "01.1.09", Classe 1, constante do anexo "I", da Lei nº 9.068/2001, de 04 de janeiro de 2001, c/c LC nº 2.755/16, de 26 de fevereiro de 2016, vago nesta data, em razão de sua aprovação e classificação no concurso público nº 01/2015, estando ainda de acordo com os termos do artigo 28 e incisos, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais (Lei nº 3.181/76).

1031/2016 - Nomeia, a partir de 01 de abril de 2016, a senhora **THAÍSA DE MELLO RODRIGUES COROADO**, portadora do RG. nº 20.360.631-4-SSP/RJ, em caráter efetivo, mas sujeito ao estágio probatório, para o cargo de "Fotógrafo", Nível "17.1.01", Classe 1, constante do anexo "I", da Lei nº 9.068/2001, de 04 de janeiro de 2001, c/c LC nº 2.716/15, de 28 de maio de 2015, vago nesta data, em razão de sua aprovação e classificação no concurso público nº 01/2015, estando ainda de acordo com os termos do artigo 28 e incisos, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais (Lei nº 3.181/76).

Ribeirão Preto, 01 de abril de 2016

1048/2016 - Nomeia, a partir de 05 de abril de 2016, a senhora **HELIANE MISCALI DE OLIVEIRA**, portadora do RG. nº MG-10.951.406-SSP/MG, em caráter efetivo, mas sujeito ao estágio probatório, para o cargo de "Radiotelefonista", Nível "01.1.09", Classe 1, constante do anexo "I", da Lei nº 9.068/2001, de 04 de janeiro de 2001, c/c LC nº 2.755/16, de 26 de fevereiro de 2016, vago nesta data, em razão de sua aprovação e classificação no concurso público nº 01/2015, estando ainda de acordo com os termos do artigo 28 e incisos, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais (Lei nº 3.181/76).

Ribeirão Preto, 05 de abril de 2016

1049/2016 - Nomeia, a partir de 13 de abril de 2016, a senhora **ALINE PEREIRA DEODATO**, portadora do RG. nº 46.018.538-X-SSP/SP, em caráter efetivo, mas sujeito ao estágio probatório, para o cargo de "Fotógrafo", Nível "17.1.01", Classe 1, constante do anexo "I", da Lei nº 9.068/2001, de 04 de janeiro de 2001, c/c LC nº 2.755/16, de 26 de fevereiro de 2016, vago nesta data, em razão de sua aprovação e classificação no concurso público nº 01/2015, estando ainda de acordo com os termos do artigo 28 e incisos, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais (Lei nº 3.181/76).

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
MILTON SCAVAZZINI JUNIOR
Coordenador Administrativo

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 03/2016
Processo nº 18.517/2016

Objeto: Contratação de Serviços Técnicos de Engenharia/Telecomunicações na Área de Radiodifusão (Responsabilidade Técnica), para Atuar na Operação do Canal de Televisão e Rádio da Rede Legislativa de Rádio e Televisão da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, conforme descrito em Edital e seu(s) anexo(s).
WALTER GOMES DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, HOMOLOGA todos os atos praticados pela Senhora Pregoeira e pela Equipe de Apoio no bojo do referido certame licitatório, conforme especificado no Edital de Adjudicação.

Ribeirão Preto, 13 de abril de 2016
WALTER GOMES DE OLIVEIRA
Presidente

INEDITORIAIS

SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO

C.N.PJ. Nº 55.989.784/0001-14

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Senhores Administradores da
Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto.
Ribeirão Preto - SP.

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração da Entidade pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, bem como o planejamento e a execução da auditoria com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor e incluem a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade a fim de planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sem Ressalva

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião quanto ao assunto, a Entidade apresentou superávit líquido de R$ 9.792.715,35 (nove milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e quinze reais e trinta e cinco centavos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, seu passivo total excedia seu ativo total em R$ 4.951.426,08 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e seis reais e oito centavos), que corresponde ao Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo. Essas condições, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida expressiva quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Entretanto, concluímos que a decisão da administração de utilizar o pressuposto de continuidade operacional nas demonstrações contábeis é apropriada nas circunstâncias, tendo em vista que os citados eventos e condições estão divulgados adequadamente. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa número 20, às demonstrações contábeis, que descreve a forma de contabilização de dívida tributária recentemente consolidada pela Receita Federal do Brasil e incluída no pedido de adesão da Entidade no programa de moratória de tributos - PROSUS. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto em 31 de dezembro de 2014 foram auditadas por nós, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 14 de abril de 2015.

Campinas, 04 de abril de 2016
AUDIOESP - Auditoria e Consultoria S/S. - CRC nº 2SP013587/O-8
Ato Declaratório CVM nº 8292/05
IBRACON Nacional nº 161 - Código da CVM nº 7218
ANTONIO CARLOS MABILIA - CRC nº 1SP044192/O-4 - CNAI nº 48

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
DEMONSTRAÇÕES FINDOS DO EXERCÍCIOS 2015 E 2014
(EM REAIS)

	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	21.824.507	16.369.765
Disponível	**682.198**	**842.404**
Realizável	**21.142.308**	**15.527.361**
Aplicações Financeiras	11.383.661	6.486.926
Convênios SUS a Receber	2.669.385	2.934.525
Hospital de Ensino a Receber	2.349.858	-
Outros Convênios a Recer	1.113.069	1.306.114
Bens e Titulos a Receber	3.570.286	4.248.825
Despesa Antecipadas	56.049	550.971
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**75.643.371**	**31.416.958**
Realizável a Longo Prazo	**46.160.177**	**3.133.614**
Títulos e Créditos a Receber	-	1.440.000
Depósitos Judiciais e Fiscais	90.860	90.860
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	1.014.496	975.721
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	45.054.822	627.034
Investimentos	**9.193.032**	**8.342.884**
Imóveis Destinados a Renda	7.276.35	7.276.352
Outros Investimentos	1.916.680	1.066.531
Imobilizado	**20.287.668**	**19.939.741**
Imóveis de Uso Próprio	**16.675.78**	**16.675.787**
Imóveis de Uso Próprio - Hospitalares	13.705.869	13.705.869
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares	2.969.918	2.969.918
Imobilizações Em Curso	**2.783.359**	**2.350.859**
Hospitalares	2.313.099	2.093.351
Não Hospitalares	470.261	257.508
Outras Imobilizações	**275.462**	**312.911**
Hospitalares	133.963	140.734
Não Hospitalares	141.499	172.177
Móveis e Utensílios	**166.481**	**213.605**
Móveis e Utensílios Não Hospitalares	166.481	213.605
Outras Imobilizações	**386.579**	**386.579**
Outras Imobilizações Não Hospitalares	386.579	386.579
Intangível	2.494	719
TOTAL DO ATIVO	**97.467.878**	**47.786.723**

	2015	2014
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	**23.212.307**	**26.185.865**
Parcelamento Ressarcimento ao SUS	2.203.005	2.629.864
Comercialização sobre as Operações	-	102
Fornecedores de Serviços Médicos	5.480.128	5.219.668
Tributos e Contribuições a Recolher	5.244.218	4.431.581
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	2.114.001	1.649.752
Obrigação com Pessoal	3.695.916	3.565.662
Fornecedores Materias e Serviços	4.312.685	3.699.930
Outras Contas a Pagar	162.355	4.989.305
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**79.206.997**	**37.335.067**
Exigível a Longo Prazo	**79.206.997**	**37.335.067**
Parcelamento Ressarcimento ao SUS	896.789	551.105
Provisão para Contingência Civil	869.000	1.717.000
Tributos e Contribuições	**1.130.101**	**1.130.101**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	853.448	1.991.379
Outros Débitos	7.551.451	8.031.673
Outras Exigibilidades a Longo Prazo	44.475.788	-
Tributos e Encargos Sociais	23.430.420	23.913.810
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.297.337	4.297.337
Parcelamento de Tributos e Contribuições	19.133.083	19.616.473
PATRIMÔNIO SOCIAL	**(4.951.426)**	**(15.734.209)**
Patrimônio Social	2.766.038	2.766.038
Reservas	**-**	**-**
Reservas de Capital		
Outras Reservas de Superávits	387.140	387.140
Déficits Acumulados	(8.104.605)	(18.887.388)
TOTAL DO PASSIVO	**97.467.878**	**47.786.723**

DSDE - DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO
DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2015 E 2014
(EM REAIS)

	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**106.578.278**	**96.712.297**
Convênios	60.546.249	53.748.428
Particulares	402.415	426.108
SUS	31.302.527	30.607.103
Subvenções Estaduais	7.277.511	5.507.781
Hospital de Ensino	7.049.575	6.422.877
(=) RECEITA LÍQUIDA	**106.578.278**	**96.712.297**
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**(64.315.692)**	**(55.680.216)**
Materiais e Medicamentos	(20.297.840)	(18.906.133)
Honorários Médicos	(43.388.355)	(36.607.902)
Outros Custos	(629.497)	(166.182)
(=) RESULTADO BRUTO	**42.262.586**	**41.032.081**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**(36.803.262)**	**(38.613.658)**
Despesa Com Pessoal	(24.609.718)	(20.546.970)
Serviços Terceiros	(4.738.872)	(2.970.349)
Localização e Manutenção	(4.929.476)	(5.935.639)
Propaganda e Publicidade	(78.544)	-
Despesas Tributárias e Encargos	(206.723)	(2.387.258)
Depreciação/Amortização	(991.195)	(862.158)
Outras Despesas	(2.665)	(2.808.303)
Provisão Para Perda Sobre Créditos	(1.246.070)	(3.102.980)
Isenção Cota Patronal e Cofins	9.997.243	4.522.209
(-) Isenção Cota Patronal e Cofins	(9.997.243)	(4.522.209)
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	**2.341.377**	**3.750.628**
Outras Receitas	2.341.377	3.750.628
RESULTADO FINANCEIRO	**(1.108.916)**	**(3.414.743)**
Receitas Fiinanceiras	1.077.429	269.681
(-) Despesas Financeiras	(2.186.345)	(3.684.425)

RESULTADO PATRIMONIAL	**3.100.930**	**2.333.553**
Receitas Patrimoniais	3.101.852	2.334.437
(-) Despesas Patrimoniais	(922)	(885)
SUPERÁVITS DOS EXERCÍCIOS	**9.792.715**	**5.087.861**

DLPA - DEMONSTRAÇÕES LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2015 E 2014 (EM REAIS)

	2015	2014
SALDO ACUMULADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(18.887.388)	(28.926.086)
(+) ADIÇÕES		
Superávit do Exercício	9.792.715	5.087.861
Ajuste Exercícios Anteriores	990.068	4.950.836
(-) EXCLUSÕES		
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-
SALDO ACUMULADO NESTA DATA	**(8.104.603)**	**(18.887.388)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DMPS - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2015 E 2014 (EM REAIS)

	Patrimônio Social	Reservas	Déficits Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**2.766.038**	**387.140**	**(28.926.085)**	**(25.772.907)**
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Ratificação de erros de exercícios anteriores			4.950.836	4.950.836
Superávit do Exercício			5.087.861	5.087.861
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**2.766.038**	**387.140**	**(18.887.388)**	**(15.734.209)**
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Ratificação de erros de exercícios anteriores (nota 19)			990.068	990.068
Superávit do Exercício			9.792.715	9.792.715
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**2.766.038**	**387.140**	**(8.104.606)**	**(4.951.425)**

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO DEMONSTRAÇÕES FINDOS DOS EXERCÍCIOS 2015 E 2014 (EM REAIS)

	2015	2014
Superávit do exercício	9.792.715	5.087.861
Ajustes:	**-**	**-**
Depreciação/Amortização	991.195	862.158
Ajustes de Exercícios Anteriores	990.068	4.950.836
Resultado Equivalência Patrimonial	(850.149)	(438.739)
Provisões para Devedores Duvidoso	1.246.070	3.102.980
(Aumento) diminuição em ativos operacionais	**(49.887.580)**	**861.648**
Aplicações	(4.896.735)	(4.554.416)
Convênios a Receber	(3.137.742	2.530.163
Créditos Tributários	-	-
Bens e Títulos a Receber	678.538	(1.245.800)
Despesas Antecipadas	494.921	3.174.742
Depósitos Judiciais	(38.775)	(17.013)
Outros Créditos a Receber Longo Prazo	(42.987.788)	973.973
Aumento (diminuição) em passivos operacionais	**38.898.372**	**(13.297.153)**
Ressarcimento ao SUS	(81.175)	(442.603)
Fornecedores de Serviços Médicos	260.460	1.521.243
Tributos e Encargos Sociais	329.248	703.880
Débitos Diversos	(4.084.044)	(714.697)
Empréstimos e Financiamento	(673.683)	(2.453.774)
Exigível a Longo Prazo	43.147.566	(11.911.203)
Caixa Líquido das atividades operacionais	1.180.691	1.129.592
Aquisição de Ativo Imobilizado	(1.338.465)	(361.236)
Aquisição de Intangível	(2.431)	-
Baixa de Imobilizado	-	-
Caixa Líquido das atividades de investimento	**(1.340.896)**	**(361.236)**
Outros Investimentos	-	-
Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	-
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**-**	**-**
Variação Líquida do Caixa	**(160.205)**	**768.356**
Saldo Inicial de Caixa	842.404	74.047
Saldo Final de Caixa	682.198	842.404
Variação Líquida do Caixa	**(160.205)**	**768.356**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2015

I. CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 1 - APRESENTAÇÃO.

ATIVIDADES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO.

A Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, é uma Instituição Filantrópica de caráter privado, fundada em 23 de setembro de 1896, prestadora de Serviços na área de saúde, de acordo com suas finalidades estatutárias, cabe a ela, mobilizar e otimizar todos os recursos financeiros, materiais, tecnológicos e humanos para garantir a eficiência dos serviços de assistência médica em todas as especialidades clínicas e cirúrgicas, prestados à população de Ribeirão Preto e região. Com 249 leitos, a Santa Casa, em seu prédio principal, com uma ampla infraestrutura ambulatorial, cirúrgica, obstétrica, diagnóstica, de emergência e intensivismo, como também Centro de Marcapasso, Banco de Sangue, Unidade de Quimioterapia; A Instituição oferece assistência humanizada e baseada nas diversas especialidades médicas e outras habilitações: Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Serviço Social, Terapia Ocupacional. A quase totalidade dos atendimentos é colocada à disposição de pacientes do Sistema Único de Saúde, a quem são reservados sessenta por cento dos leitos. Apenas a parcela restante das internações é destinada a clientes particulares e de convênios, gerando receitas que são investidas na infraestrutura, beneficiando os usuários em geral e reforçando o comprometimento de todos os profissionais com a qualidade e os resultados. Em decorrência da parceria entre a S.B.H.Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto e a Secretaria Municipal de Saúde, viabiliza através da assinatura do último convênio , sendo entidade fornecedora de bens e serviços ao SUS, recebe todas as receitas decorrentes dos Serviços prestados, aplicando-os no fomento e execução dos serviços de assistência médica e hospitalar. Possui também contratos com diversos convênios além do atendimento a particulares.

Declarada de Utilidade Pública Municipal, Lei nº 1300, de 15/05/1963, Estadual - decreto nº 34.891 de 28/04/1959 e Federal pelo decreto de 21/10/1969, a Santa Casa possui ainda Registro e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

A Santa Casa goza de Imunidade de acordo com o Artigo 150 item VI, Letra C da Constituição Federal e ainda de isenção da cota patronal de acordo com o Artigo 195, parágrafo 7º.

A Santa Casa é regida pelo seu Estatuto, pelo Regimento Interno e pelas disposições legais, que lhe forem aplicáveis, submetendo-se anualmente suas contas à fiscalização e análise técnica dos diversos órgãos competentes.

Estrutura do Atendimento: A Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, presta atendimento à população de Ribeirão Preto e região, desde a sua fundação mantendo a filosofia de atender os pacientes mais carentes e necessitados. Tal estrutura de atendimento em saúde fornece suporte emergencial aos municípios ainda não atendidos com estrutura física própria. Atualmente é um hospital moderno, com 70% (setenta por cento) dos seus atendimentos voltados aos pacientes da rede pública de saúde-SUS e 30% (trinta por cento) para outros convênios, como Planos de Saúde e particulares, contando com equipes multidisciplinares e equipamentos de última geração que promovem um atendimento de alta qualidade. É um Hospital geral de alta complexidade, que presta atendimento a todas as especialidades de urgência/emergência, internações e ambulatório, dentro elas: Serviço de Ginecologia e Obstetrícia; Serviço de Mastologia; Serviço de Pediatria e Neonatologia; Serviço de Anestesiologia; Serviço de Oncologia; Serviço de Cardiologia; Serviço de Gastroenterologia; Serviço de Proctologia; Serviço de Cirurgia Geral; Serviço de Cirurgia Pediátrica; Serviço de Cirurgia Vascular; Serviço de Urologia; Serviço de Nefrologia; Serviço de Endocrinologia; Serviço de Ortopedia; Serviço de Hematologia; Serviço de Neurologia e Neurocirúrgia; Serviço de Cirurgia Cardíaca; Serviço de Cirurgia de Cabeça e Pescoço; Serviço de Pneumologia e Cirurgia Toráxica; Serviço de Otorrinolaringologia; Serviço de Pediatria; Serviço de Eletrofisiologia; Odontologia; Serviço de Cirurgia Buco-maxilo-facial.

ATENDIMENTOS PRESTADOS A NÍVEL AMBULATORIAL:

DEFINIÇÃO - Serviço criado para prestação de atendimento eletivo de caráter ambulatorial em diversas especialidades médicas, prestando atendimento aos clientes que procuram a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto.

OBJETIVO - Atendimento eletivo de promoção e assistência à saúde em regime ambulatorial incluindo prevenção, tratamento e vigilância à saúde da comunidade de forma programada e continuada.

Atendimentos Realizados no ano de 2015: No ano de 2015 foram realizados 179.871 atendimentos ambulatoriais e 67.441 internações que somam o total geral de atendimentos 247.312.

INTERNAÇÕES EM DIVERSAS ESPECIALIDADES: A Santa Casa de Ribeirão Preto, realiza internações em todas as especialidades médicas e cirúrgicas, em diversos convênios, priorizando o atendimento ao SUS-Sistema Único de Saúde, totalizando um percentual de 70%. Nossa equipe de profissionais médicos é composta por especialistas de diversas áreas, que em parceria com o Centro Universitário Barão de Mauá, possue uma equipe médica onde atendem um Ambulatório de Especialidades, gerando internações e investindo também no ensino e na pesquisa.

Internações realizadas no ano de 2015: No ano de 2015 a entidade teve como internados 67.441 pacientes dia.

DESTAQUES: PORTARIA SAS Nº 150, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013-SECRETARIA DE ATENÇÃO À SÁUDE. Considerando o Despacho nº 310/2013 -CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS Nº 25000.184388/2010-01, que conclui terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12101/2009-Decreto nº 7.237,/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve: "Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à entidade SBH Santa Casa Misericórdia de Ribeirão Preto, CNES nº 2084414, inscrita no CNPJ nº 55.989.784/0001-14, com sede em Ribeirão Preto/SP, A Renovação tem validade pelo período de 29 de Abril de 2011 a 28 de Abril de 2016 de acordo com o artigo 11 da portaria nº 528 de 1º julho de 2014. Posteriormente foi protocolado Tempestivamente, no dia 24/102013, requerimento de Renovação de CEBAS sob SIPAR 25000.193418/2013-13, o qual encontra-se aguardando pré-análise sob ordem cronológica de nº 370.

FONTES DE RECURSOS: Como entidade credenciada pelo Sistema Único de Saúde - SUS para o fornecimento de assistência médico-hospitalar em procedimentos ambulatoriais, exames e internações em todas as especialidades, a principal fonte de recurso da Santa Casa de Ribeirão Preto, decorre da prestação de serviços ao SUS. A eficiência e agilidade do modelo funcional, a gestão dos recursos do SUS e a filosofia de entidade filantrópica vêm garantindo, ao longo da existência da Santa Casa, o custeio dos serviços prestados, bem como os investimentos em projetos e programas específicos, que resultam na melhoria e expansão do atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A Santa Casa de Ribeirão Preto considera o ano de 2015 como sendo de várias conquistas para os usuários de nossa entidade e pretende continuar trabalhando cada vez mais em busca da qualidade total dos serviços prestados a Comunidade e região.

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

NOTA 1 - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade

com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e suas alterações, da Resolução do CFC nº 1.305/10 que, aprovou a NBC TG 07, e com observância da Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002 e demais disposições complementares exigidas pelo Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/09 e suas alterações. As demonstrações contábeis apresentadas de forma comparativa foram reclassificadas para rubricas utilizadas em 2015.

III - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

NOTA 1 -

a) As receitas, custos e despesas foram contabilizados pelo regime de competência, com base nos custos históricos como base de valor;

b) Os ativos e passivos realizáveis ou exigíveis em prazo de até 365 dias estão apresentados no circulante e após 365 dias no não circulante;

c) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência;

d) Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição que não supera o valor de mercado;

e) As contas a receber representam o faturamento da efetiva prestação de serviços médico-hospitalares;

f) O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção e avaliações, e a depreciação foi calculada pelo método linear de acordo com o tempo de vida útil estimado do bem; A correção monetária foi aplicada até 31 de dezembro de 1995;

g) A Entidade constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos. Os títulos vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, em valor até R$ 5.000,00 são baixados como perdas;

h) A provisão de férias está calculada de acordo com os direitos adquiridos pelos funcionários e com os respectivos encargos sociais até a data do balanço;

i) Com relação aos impostos e contribuições, conforme legislação vigente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto é uma entidade filantrópica e está isenta da contribuição Patronal e de Terceiros ao INSS, bem como isenta de COFINS e PIS sobre o faturamento, CSLL e IRPJ;

IV - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

NOTA 1 - As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor de aplicação original, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime contábil da competência.

NOTA 2 - As contas onde são registrados os fatos relacionados aos créditos a receber decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares, representam o faturamento da efetiva prestação desses serviços.

NOTA 3 - O rubrica Bens e Títulos a Receber constantes no Balanço Patrimonial referem-se aos Títulos a Receber e Outros Valores e Bens, é composto por valores a receber da Prefeitura Municipal de Ribeirão, Subvenções Estaduais e adiantamento a funcionários e fornecedores . O estoque está contabilizado pelo seu custo médio de aquisição e não ultrapassa o valor de mercado. O grupo está composto como segue:

BENS E TÍTULOS A RECEBER	2015	2014
Estoques	**1.627.268,60**	**1.141.585,51**
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	**1.016.359,85**	**1.016.359,85**
Adiantamentos a Funcionários	**215.109,43**	**181.008,23**
Outros Valores	**711.548,39**	**1.909.871,10**
TOTAL	**3.570.286,27**	**4.248.824,69**

NOTA 4 - Estão apresentados no grupo realizável a longo prazo os depósitos judiciais e trabalhistas, e outros créditos a receber referem-se a depósitos de ações civil, sendo que, todos os valores estão devidamente atualizados até 31 de dezembro de 2015 quando cabível e estão assim apresentados:

	2015	2014
Depósito Trabalhista	R$ 1.014.495,64	R$ 975.720,88
Depósitos Civil	R$ 90.859,58	R$ 90.859,58
TOTAL	**R$ 1.105.355,22**	**R$ 1.066.580,46**

NOTA 5 - Os investimentos referem-se a imóveis para locação conforme apresentado no quadro a seguir. A rubrica outros investimentos refere-se a participação no capital da Associação corrigido pelo método da equivalência patrimonial.

Investimentos	2015	2014
Imóveis Destinados a Renda		
Terrenos	704.769,43	704.769,43
Edificações	6.571.582,78	6.571.582,78
TOTAL	**7.276.352,21**	**7.276.352,21**

NOTA 6 - O ativo imobilizado se apresenta pelo custo de aquisição ou valor original, uma vez que a empresa procedeu à correção monetária de balanços até 1995. As taxas de depreciações usadas quando aplicadas variam de 4% (quatro por cento) a 20% (vinte por cento). Os subgrupos investimentos, imobilizado e intangível estão compostos conforme segue:

Imobilizado	2015	2014
Edificações	13.705.869,11	13.705.869,11
Terrenos	2.969.918,31	2.969.918,31
Máquinas e Equipamentos	7.450.532,90	6.394.342,98
Equipamentos Informática	396.143,26	363.632,94
Instalações	288.968,74	283.342,52
Móveis e Utensílios	1.311.491,90	1.253.414,38
Veículos	35.424,00	35.424,00
Outras Imobilizações	386.578,63	386.578,63
SUB TOTAL	**26.544.926,85**	**25.392.522,87**
(-) Depreciação	**-6.257.259.07**	**-5.452.781,43**
TOTAL	**20.287.667,78**	**19.939.741,44**

Intangível	2015	2014
Licenças Software	7.352,68	10.148,52
(-) Amortização	6.633,59	7.654,22
TOTAL	**719,09**	**2.494,30**

NOTA 7 - A Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos, suficientes para repor seus ativos.

NOTA 8 - Os valores lançados na rubrica Outros Débitos referem-se aos compromissos assumidos com os fornecedores médicos para atendimentos aos pacientes da Santa Casa.

NOTA 9 - O parcelamento do FGTS firmado com a Caixa Econômica Federal apresenta no passivo circulante e no passivo não circulante e está sendo pago em 160 parcelas, com pagamento integral estimado em 09/09/2020.

NOTA 10 - Nos desdobramentos contábeis registrados no passivo não circulante, existem vários saldos contábeis correspondentes ao Parcelamento da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, firmado com a Receita Federal do Brasil, conforme recibos de números 08948989529451700831, 08948989529451700841, 08948989529451700851, 08948989529451700871 e 08948989529451700881, referente a dívida de PIS, INSS s/ Folha, IRRF e retenções de contribuições. Estes saldos foram atualizados até a presente data.

NOTA 11 - Os empréstimos bancários representam valores tomados junto a Instituições Financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros e deduzidos das respectivas amortizações até a data do balanço.

NOTA 12 - As provisões de férias foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a presente data, bem como os encargos sociais do PIS sobre folha e o FGTS.

NOTA 13 - Os valores registrados na rubrica Débitos Diversos referem-se aos compromissos assumidos pela Entidade com os fornecedores de materiais, funcionários e outras despesas de manutenção.

NOTA 14 - As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles: avisos bancários, notas fiscais e outros. Nessa apuração estão excluídas as inadimplências e os valores considerados incobráveis.

NOTA 15 - Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social e demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 16 - As despesas da Entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

NOTA 17 - As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de setembro de 2015 estão sendo apresentadas de forma comparativa atendendo as normas e Leis vigentes.

NOTA 18 - O Patrimônio Social a descoberto está composto pelo Patrimônio Social, Reservas e Prejuízos Acumulados. O resultado até a presente data foi positivo e será aplicado nas atividades operacionais da Entidade.

NOTA 19 - Ajuste de Exercício Anterior

O valor apresentado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social a título de ajuste de exercício anterior refere à correção de valores lançados em contas de rescisões contratuais e honorários médicos.

NOTA 20 - Tributos e Contribuições

Tributos em Moratória com a RFB

A entidade aderiu em out/2014 ao PROSUS - Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde, e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde, no âmbito da lei nº 12.873/2014.

Esse programa consiste na concessão de moratória referente às dividas tributarias das instituições, que tem como contrapartida o aumento de 5% na oferta de serviços ao SUS.

Para a continuidade do programa, a instituição deverá manter sua situação tributaria regularizada em relação as reponsabilidades mensais, com isso a cada tributo corrente (mensal) pago, a empresa se torna credora do mesmo valor para abatimento no saldo de sua moratória.

O prazo dessa moratória é de 180 meses, porém há uma estimativa que dentro de 108 meses a intuição tenha liquidado todo o seu passivo tributário.

O sistema de compensação ainda não formalizado pelos órgãos federais, mas a instituição já obteve o beneficio do não pagamento do seu parcelamento referente a lei 11.941/09, que já constituiu saldo para a composição da moratória.

Com isso toda a provisão hoje feita em nosso passivo aguarda essa regulamentação pelos órgãos Federais, sobre a forma de contabilização, pois a mesma será liquidada com créditos gerados com o próprio pagamento do mês corrente.

A empresa teve que optar pela desistência dos tributos parcelados dentro da lei nº 11.941/09, colocando em moratória de remissão R$ 70.869.861,68, e aguarda o processo de formalização e compensação da moratória que estará vigente durante 15 anos.

Nessa Moratória cada R$ 1,00 do tributo do mês corrente pago será remitido para compensação desse saldo constituído no PROSUS.

A expectativa da empresa conforme quadro abaixo é de compensar toda a divida em aproximadamente 09 anos.

A empresa acumulou aproximadamente R$ 6.050.000,00 em créditos para compensação a moratória entre out/2014 e Dez/2015.

Com a adesão da Entidade ao PROSUS, sua dívida tributária foi consolidada pela Receita Federal do Brasil, desta forma a Entidade reconheceu o ajuste desse valore, apresentado abaixo, em conta do passivo não circulante, em contrapartida com conta do ativo não circulante, no subgrupo realizável a longo prazo.

Valores Apurados Junto a Receita Federal	R$ 70.869.861,68
Valores Contabilizados até 2015	R$ 26.294.073,70
Ajuste da Dívida	**R$ 44.575.787,98**

NOTA 21 - Eventos Subsequentes

Não é do conhecimento da Administração da Entidade, até a presente data, de qualquer evento subsequente que possam vir a alterar de forma relevante a posição patrimonial e financeira apresentada até o momento.

Diretoria

AMAURI ELIAS CALIL - Provedor - CPF 549.365.608-63

JOSÉ FERNANDO BERALDI - Tesoureiro - CPF 050.494.418-54

DÉBORA MÁRCIA LOPES DE ARAÚJO COSTA - CRC TC 1SP 235155/O-7

UE 02.09.10

SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL IMACULADA CONCEIÇÃO

Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e relatório dos auditores independentes Approach Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
Aos diretores da
Sociedade Portuguesa de Beneficência - Hospital Imaculada Conceição.
Ribeirão Preto- SP
Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Hospital Imaculada Conceição ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.
Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Base para opinião com ressalva
A Sociedade não contabilizou as provisões para contingências trabalhistas com o status de provável perda informado por seus consultores jurídicos, no montante de R$ 3.290 como determinado pelas normas contábeis emanadas pelo pronunciamento técnico CPC-25.
A Sociedade contabilizou ajustes identificados diretamente no Patrimônio Líquido no montante de R$ 590.489,61 (2014 - 1.601.765,86) por ser tratarem de exercícios anteriores. Porém, mesmo se tratando de exercícios anteriores deveriam ser contabilizados diretamente no resultado do exercício. Desta forma o resultado do exercício está superavaliado nestes montantes.

Opinião com ressalva
Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, às demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Hospital Imaculada Conceição em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2016
Approach Auditores Independentes S/S - CRC 2SP023119/O-0
LEANDRO ANTONIO MARINI PIRES - Sócio Contador
CRC 1SP185232/O-3

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em reais

Ativo	Nota Explicativa	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.640.404,64	3.894.473,11
Contas a receber	5	6.412.519,77	5.919.411,05
Estoque	6	977.545,56	518.395,08
Créditos diversos	7	3.913.688,50	2.871.969,43
Total do ativo circulante		13.944.158,47	13.204.248,67
Não circulante			
Depósitos judiciais e outros	8	1.378.332,34	1.188.938,18
Despesas Antecipadas	9	40.440,89	153.892,68
Imobilizado	10	14.251.907,23	14.979.773,26
Intangível		79.632,40	104.311,20
Total do ativo não circulante		15.750.312,86	16.426.915,32
Total do ativo		**29.694.471,33**	**29.631.163,99**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2015	2014
Circulante			
Fornecedores	11	5.181.714,20	4.728.053,41
Obrigações Trabalhistas	12	2.132.815,99	1.874.919,01
Obrigações Sociais	13	522.874,66	739.991,19
Obrigações Fiscais	14	504.549,47	517.190,96
Empréstimos e Financiamentos	16	3.127.457,25	2.949.280,58
Outras Obrigações	15	3.439.292,26	2.652.023,72
Total do passivo circulante		14.908.703,83	13.461.458,87
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	9.282.693,67	8.377.584,56
Obrigações Sociais	13	1.770.441,24	1.558.990,87
Obrigações Fiscais	14	3.340.544,22	3.772.773,66
Fornecedores	11	6.736,75	16.842,07
Total do passivo não circulante		14.400.415,88	13.726.191,16
Patrimônio líquido			
Capital social	18	425.443,54	425.443,54
Superávit do Exercício	18	(40.091,92)	2.018.070,42
Total do passivo e patrimônio líquido		**29.694.471,33**	**29.631.163,99**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 - EM REAIS

	Nota Explicativa	2015	2014
Receitas com Pacientes	19	40.911.577,78	43.323.360,96
Receitas com Glosas	19	(1.502.365,98)	(2.266.608,61)
Outras Receitas Financeiras	19	12.059.669,18	11.174.280,78
Superávit bruto		51.468.880,98	52.231.033,13
(Despesa)/Receita operacional			
Despesas administrativas	20	(1.993.280,97)	(1.969.537,93)
Despesas com depreciação	20	(1.199.293,73)	(1.057.067,46)
Despesas com pessoal	20	(16.675.659,71)	(15.318.870,21)
Despesa com serviços de terceiros	20	(20.560.323,40)	(18.600.423,60)
Despesas com Medicamentos	20	(11.167.525,56)	(11.088.982,76)
		(51.596.083,37)	(48.034.881,96)
Superávit operacional		(127.202,39)	4.196.151,17
(Despesa)/Receita financeira			
Receita financeira		283.892,76	317.859,52
Despesa financeira		(1.624.363,10)	(1.611.591,76)
Superávit/Déficit líquido do exercício		**(1.467.672,73)**	**2.902.418,93**

Devido ao Estatuto da Entidade que se caracteriza por ser sem fins lucrativos e a ITG 2002 aprovado pela Resolução do CFC 1409/12 a sua nomenclatura é denominada de Déficit e ou Superávit do Exercício.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 EM REAIS

	Nota Explicativa	Capital Social	Superávit/ Déficit do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2013		425.443,54	717.417,35	1.142.860,89
Superávit do exercício			2.902.418,93	2.902.418,93
Ajustes de Exercícios Anteriores			(1.601.765,86)	(1.601.765,86)
Em 31 de dezembro de 2014		425.443,54	2.018.070,42	2.443.513,96
Déficit do exercício	**18**		(1.467.672,73)	(1.467.672,73)
Ajustes de Exercícios Anteriores	**18**		(590.489,61)	(590.489,61)
Em 31 de dezembro de 2015		425.443,54	(40.091,92)	385.351,62

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2015 E DE 2014 EM REAIS

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit líquido do exercício	(1.467.672,73)	2.902.418,93
Depreciação de ativo imobilizado	1.199.293,73	1.057.067,46
	(268.379,00)	**3.959.486,39**
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Créditos a Receber	(493.108,72)	307.359,53
Outros Créditos	(1.041.719,07)	(2.496.572,53)
Estoque	(459.150,48)	(1.296,21)
Depositos Judiciais	(189.394,16)	(164.703,82)
Despesas Antecipadas	113.451,79	6.541.224,83
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	443.555,47	(90.984,34)
Obrigações Trabalhistas	257.896,98	209.261,69
Obrigações Sociais	(5.666,16)	(5.846.505,40)
Obrigações Fiscais	(444.870,93)	3.645.370,76
Empréstimos e financiamentos	1.083.285,78	(3.332.278,01)
Outras Obrigações	787.268,54	2.360.357,42
Caixa líquido das atividades operacionais	**(216.829,96)**	**5.090.720,31**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(471.427,70)	(2.338.010,87)
Aquisição/Perda de intangível	24.678,80	(104.311,20)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(446.748,90)**	**(2.442.322,07)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ajustes de Exercícios Anteriores	(590.489,61)	(1.601.765,86)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(590.489,61)	(1.601.765,86)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(1.254.068,47)**	**1.046.632,38**
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do exercício	3.894.473,11	2.847.840,73
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.640.404,64	3.894.473,11
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(1.254.068,47)**	**1.046.632,38**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 EM REAIS

1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A Sociedade Portuguesa de Beneficência mantém atualmente o Hospital Imaculada Conceição, na cidade de Ribeirão Preto/SP, localizada à Rua Tibiriçá, nº 1172, constituída em 28 de setembro de 1907, é uma Sociedade Civil, Beneficente, Filantrópica e de Assistência Social sem Fins Lucrativos, voltada para a Prestação de Serviços na Área da Saúde. A finalidade e objetivos da Sociedade é a pratica da Caridade Cristã e proporcionar a Assistência Médico-Hospitalar, na conformidade dos padrões técnicos atualizados. Como Instituição Filantrópica destina pelo menos 60% dos atendimentos ao SUS (Sistema Único de Saúde) em conformidade com a Legislação vigente.
A Sociedade com fundamento no art. 3º da Lei nº 8.742 de 1993, é portadora

do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde CEAS (antigo Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos CEFF) concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social CNAS pelo processo nº 71010.00171/2006-11; Conforme Ofício nº 147/2015-GS/SAS/MS datada em 23 de junho de 2015, foi analisado e referido pela equipe técnica do Ministério da Saúde na Secretaria de Atenção à Saúde, nos termos da lei.
A Sociedade é declarada de Utilidade Pública Federal conforme publicação no Diário Oficial da União em 27 de maio de 1963, Decreto nº 52.065, possuem Certidão que apresentou seu relatório circunstanciado de serviços e o demonstrativo de receitas e despesas referente ao ano de 2014, como exigido pelo art.; 4º da Lei nº 91/35 e pelo art. 5º do Decreto 50.517/61, pelo que mantem o título em referência, até a data de 30 de setembro de 2016.
Licença de Funcionamento Nº CEVS 354340218-861-000007-1-0, data de validade até 14/07/2016, Processo nº 02.2013.050573.7, fornecido SIVISA Sistema de Informação em Vigilância Sanitária.
Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES, nº 2080400 com data do cadastramento em 25/02/2003, natureza da organização: Entidade Beneficente sem fins lucrativos, fluxo de clientela atendimento de demanda espontânea e referenciada, nível de hierarquia 08-Alta HOSP/AMB.
Cadastro Técnico Federal no Ministério do Meio Ambiente, registro nº 4798826, certifica-se que a pessoa jurídica esta em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.
Oficio: 6777/2015-CGMI/CNEM em 14 de setembro de 2015, matricula 15203, a Sociedade possui autorização sob o ponto de vista de radioproteção, a operar na área de Radioterapia, o prazo de validade é de 15 de dezembro de 2016.
Certidão Positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida da União, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014 válida até 10/04/2016 e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991.
Certificado de Regularidade do FGTS CRF, à Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica, a Sociedade encontra-se em situação regular perante ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
Certidão 8902842 Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.
Certidão SJDC nº 0883/2015, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, declarada de Utilidade Pública por: Lei nº 2.790 de 23 de novembro de 1954; Requerimento devidamente autorizado pelo Sr. Chefe de Gabinete, que a Sociedade apresentou o relatório de atividades do exercício de 2014, e acordo com as exigências do artigo 6º da Lei nº 2.574/80.
Certificado CRCE nº 2343/2012, Governo do Estado de São Paulo Casa Civil, Sociedade está inscrita e aprovada no Cadastro Estadual de Entidades CEE, do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, de acordo com o Decreto nº 57.501, de 8 de novembro de 2011.
Declaração de funcionamento regular da entidade privada sem fins lucrativos, Inciso VII, art. 34 Lei nº 12.465 de 12 de agosto de 2011, assinada pelo Diretor Técnico e Saúde III, do Departamento Regional de Saúde de Ribeirão Preto - DRS XIII da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.
Os recursos financeiros necessários para a realização dos objetivos da Sociedade são provenientes principalmente de:
a) Diárias hospitalares e serviços ambulatoriais por atendimentos aos pacientes do SUS, demais Convênios e particulares;
b) Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
c) De contratos de prestação de serviços;
d) De donativos de pessoas físicas e jurídicas.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis com atendimento integral da Lei nº 11.941/09 e definidas pela Resolução 1159/09 do CFC e ITG 2002 aprovado pela Resolução do CFC 1409/12 e demais disposições complementares que contemplam as Entidades sem Fins Lucrativos e estão sendo divulgadas de forma comparativa aos exercícios de 2015 e de 2014 e estão apresentadas em moeda real.
Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Sociedade incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para operações de crédito, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variações às estimativas utilizadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Sociedade monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contáveis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Sociedade compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3.2 - Bases de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de ativos e passivos financeiros (quando aplicável) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.
As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

3.3 - Ativos financeiros

Na Sociedade, os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias especificas: Investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

3.3.1 - Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

3.3.2 - Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa e outras aplicações) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.
A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

3.4 - Estoque

Estão avaliados pelo custo médio, que não superam o valor de aquisição e reduzidos de provisão para ajuste do valor de realização, quando aplicável. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias pela Administração.

3.5 - Imobilizado

Terrenos, Instrumentos médicos e cirúrgicos, Instalações, Moveis e Utensílios, Maquinas e Equipamentos Hospitalares, Equipamentos de Informática e Telefônico, Veículos, estão demostrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado (quando e se aplicável). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com apolítica contábil da Sociedade. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.
Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas e contabilizado prospectivamente.
A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação é como segue:

Grupo	Anos
Edificações	25
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	05
Equipamentos de informática	05
Móveis e Utensílios	10

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso continuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.6 - Intangível

O ativo intangível compreende os gastos com o registro de marcas e patentes, os sistemas de informática (software) e licenças de uso destes. A amortização dos sistemas de informática é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos intangíveis. O Intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido do impairment test realizado em 31 de dezembro de 2015.

3.7 - Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da empresa a utilização de estimativas para registro de provisões e apresentação de determinados saldos, e os resultados finais desses eventos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

3.8 - Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
Elas são incialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.9 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros (empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos, quando aplicável) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhe-

cimento inicial do valor contábil líquido. Os empréstimos da Sociedade possuem apenas juros efetivamente incorridos.
A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.10 - Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).
Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que fossem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.11 - Reconhecimentos de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da comercialização dos bens e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos das devoluções, abatimentos, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares, sendo reconhecida mensalmente de acordo com o período de competência.
A Sociedade reconhece a receita quando:
a) O valor da receita pode ser mensurado com segurança.
b) É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e
c) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras.
O saldo dessas contas no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demostrado a seguir:

	2015	2014
Caixa	12.314,48	7.988,42
Contas Correntes	2.650,49	1.860.250,81
Aplicação Financeira	2.625.439,67	2.026.233,88
	2.640.404,64	**3.894.473,11**

5 - CONTAS A RECEBER

	2015	2014
Créditos Pacientes do SUS	4.505.350,64	3.769.663,83
Créditos Convênios	1.906.883,60	2.148.725,01
Créditos Particulares	285,53	1.022,21
	6.412.519,77	**5.919.411,05**

As contas a receber correspondem aos valores a receber dos convênios e particulares pela prestação de serviços médico e hospitalar no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

6 - ESTOQUES

	2015	2014
Materiais e Medicamentos Reembolsáveis	938.313,96	469.551,52
Materiais e Medicamentos Não Reembolsáveis	39.231,60	48.843,56
	977.545,56	**518.395,08**

Os estoques estão reconhecidos pelo custo médio de aquisição que não superam o valor de mercado e as perdas ocorridas no almoxarifado são reconhecidas por ocasião de inventários físicos realizados anualmente.

7 - CRÉDITOS DIVERSOS

Representam valores de Antecipações a Empregados e Adiantamento a fornecedores:

	2015	2014
Adiantamentos de Funcionários	7.388,60	
Adiantamentos a Fornecedores	3.906.299,90	2.871.969,43
	3.913.688,50	**2.871.969,43**

8 - DEPOSITOS JUDICIAIS E OUTROS

Os valores apresentados como Depósitos Recursais e Depósitos Judiciais recolhidos pela Sociedade, poderão ser revertidos em benefício da mesma mediante a decisão dos órgãos judiciais. O valor apresentado como Depósitos PIS Cod.. 7460 será explicado na Nota Explicativa nº 12.1; destacando também, que houve uma reclassificação contábil em 2015.

	2015	2014
Depósitos Judiciais Cível		5.667,89
Depósitos Judiciais Trabalhista	5.609,39	446.203,99
Depósitos PIS Cód. 7460	874.930,18	737.066,30
Bloqueio Judiciais	497.792,77	
	1.378.332,34	**1.188.938,18**

9 - DESPESAS ANTECIPADAS

Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício seguinte, principalmente respeitando o princípio da competência.

	2015	2014
Prêmios de Seguros a Apropiar	4.164,80	4.017,68
Encargos Apropriar Processo - 1050/1996		116.875,00
Depósitos em Garantia Aluguel	33.000,00	33.000,00
Sapra Landauer Serv Assessoria e Prot.	971,04	
Radiológica Ltda.		
IOB Informação Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.	2.305,05	
	40.440,89	**153.892,68**

10 - IMOBILIZADO

Conforme determinado pela Deliberação CVM nº 619/09, que aprova a adoção do ICPC 10, a Sociedade utilizou o custo histórico, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados.

	Custo original e atribuído	Depreciação acumulada	2015 Líquido	2014 Líquido	% Taxas anuais de depreciação
Terrenos	3.940.200,00		3.940.200,00	3.940.200,00	
Edificações	7.303.016,25	1.458.449,84	5.844.566,41	4.952.819,19	4%
Aparelhos e Equipamentos	7.333.440,38	3.761.530,80	3.571.909,58	4.849.088,86	10%
Móveis e Utensilíos	1.409.835,17	729.993,37	679.841,80	816.555,56	10%
Veículos	80.721,04	80.721,04			10%
Equipamentos de Informatica	373.847,73	158.782,79	215.064,94	250.381,09	20%
Instrumental Cirúrgico	330,00	5,50	324,50		20%
Obras em Andamento				170.728,56	
	20.441.390,57	**6.189.483,34**	**14.251.907,23**	**14.979.773,26**	

Saldo do imobilizado em curso inclui gastos destinados a diversos projetos de ampliação do parque hospitalar.
O imobilizado está livre de ônus e/ou garantias, exceto quando atrelado ao seu próprio financiamento.

10.1 Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.
Durante o exercício, a Sociedade fez a revisão do valor recuperável de suas unidades. Esses ativos são utilizados nas operações da Sociedade. A revisão não resultou na identificação de perda por redução ao valor recuperável.

11 - FORNECEDORES

	2015	2014
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	1.366.091,26	2.186.295,99
Fornecedores Serviços Médicos	3.346.032,01	1.983.478,06
Fornecedores Diversos	476.327,68	575.121,43
	5.188.450,95	**4.744.895,48**
Circulante	**5.181.714,20**	**4.728.053,41**
Não Circulante	**6.736,75**	**16.842,07**

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos são parcelados e 30,60 e 90 dias, consequentemente sendo liquidados em até 90 (noventa) dias. Não são cobrados juros sobre as contas a pagar que são sempre vencíveis em prazo não superior a um ano. A Sociedade coloca em pratica suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.
Valor contabilizado não circulante corresponde a Parcelamento Judicial realizado com a Empresa DAERP - Departamento de Agua e Esgoto de Ribeirão Preto.

12 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2015	2014
Ordenados e Salários a Pagar	769.415,06	722.253,98
Pensão Alimentícia	625,68	
Processo Trabalhista		11.778,20
Provisões de Férias e Encargos	1.362.775,25	1.140.886,83
	2.132.815,99	**1.874.919,01**

Os valores representam, além dos salários a pagar, valores retidos dos colaboradores a repassar referente a pensão alimentícia conforme Intimação Judicial; O montante das provisões foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos das provisões na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o princípio da competência.

13 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2015	2014
Contribuição Sindical a Recolher	183,58	1.611,37
FGTS a Recolher	132.711,75	120.738,92
INSS a Recolher	87.998,25	83.037,05
IRRF a Recolher Código 0561	61.219,94	61.454,59
Mensalidade do Sindicato	480,00	580,00
PIS a Recolher Folha 8301	887.024,52	748.954,29
Caixa Econômica Federal - Empréstimo	52.362,98	64.802,81
Banco Santander S/A - Empréstimo	2.539,25	308,50
Convênio Unimed Funcionários	15.367,73	13.707,18
Convênio Sermed Funcionários	11.445,46	7.397,37
FGTS a Recolher Parcelamento	1.038.111,40	1.196.389,98
São Francisco S/A Convênio Funcionários	3.871,04	
	2.293.315,90	**2.298.982,06**
Circulante	**522.874,66**	**739.991,19**
Não Circulante	**1.770.441,24**	**1.558.990,87**

São valores retidos dos colaboradores a repassar para as associações de classe, instituições financeiras (empréstimos consignados na folha) ao INSS e os valores de FGTS incidentes à folha de pagamentos. Vale evidenciar que a folha é calculada respeitando o princípio da competência e as legislações vigentes.
FGTS - Parcelamento junto à Caixa Econômica Federal correspondendo:
FGTS FGE Subsistema Parcelamento Nº 205006247 datado em 03/12/2009 sendo 105 parcelas com vencimento final em 19/06/2020;
FGTS FGE Subsistema Parcelamento Nº 205006248 datado em 19/10/2005 sendo 180 parcelas com vencimento final em 19/09/2020.
Os impostos e contribuições são decorrentes da retenção sobre a folha de pagamento (PIS e IRRF) sendo que, PIS 1% S/FOLHA - Processo Judicial nº 00318363520054013400 na 2ª Vara Brasília/DF, realizando deposito integral em Juízo conforme Identificação nº 097563500206824 código da Receita 7460; aguardando resolução do processo.

14 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2015	2014
PIS/COFINS/CSLL - Código 5952	53.852,92	62.781,34
ISS Recolher	27,86	48,38
INSS Pessoa Jurídica a recolher 1	18,47	
IRRF Pessoa Jurídica Código 1708	17.547,29	21.786,89
IRRF Alugueis Código 3208	773,49	344,91
Parcelamento Lei 11.941 RFB	3.772.773,66	4.205.003,10
	3.845.093,69	**4.289.964,62**
Circulante	**504.549,47**	**517.190,96**
Não Circulante	**3.340.544,22**	**3.772.773,66**

Os impostos e Contribuições apresentados são decorrentes da retenção sobre Prestação de Serviços de Terceiros (IRRF, PIS/COFINS/CSLL e ISS) quando aplicável, e calculado de acordo com as bases legais tributarias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Como parte do Plano de Ação para recuperação Econômica - Financeira da Sociedade, a Diretoria aderiu ao parcelamento especial trazido pela lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 e suas atualizações, que, além de permitir que os débitos tributários sejam parcelados em até 180 meses, concedeu importante anistia de parte dos juros e multas. Sua adesão além de favorecer a mudança no perfil da dívida de curto para longo prazo possibilitou uma melhoria no fluxo de caixa da Sociedade, a obtenção de certidões negativas de exigibilidades fiscais federais, de financiamento e participação de programas específicos entre outros benefícios.

Código	Vencimento Final	Parcela	Valor Principal	Valor Juros e Correção Monetária	Valor Total
1165	30/09/2024	75/180	3.360.682,50	2.077.831,42	5.438.513,92
1194	30/09/2024	75/180	171.331,68	105.932,76	277.264,44
1285	30/08/2024	76/180	116.384,32	71.960,12	188.344,44
1204	30/08/2024	77/180	119.153,84	73.670,26	192.824,10
1233	30/04/2020	76/128	5.221,32	3.228,97	8.450,29
TOTAL			**3.772.773,66**	**2.332.623,53**	**6.105.397,19**

15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os valores evidenciados abaixo, se referrem a utilidades a pagar, acordos decorrentes das ações trabalhistas em que a Sociedade foi sentenciada e foram atualizados até a data de elaboração das Demonstrações Financeiras:

	2015	2014
Cheques a Compensar	985,00	33.202,59
Acordos Trabalhistas a pagar	8.841,85	
Outras Obrigações diversas	966,42	3.043,40
DAERP - Mês	19.041,95	2.159,81
Outros Processos Civis	7.671,23	162.455,00
DAERP - Parcelamento	9.263,21	10.105,32
Bolsa Estágios	2.521,60	1.737,60
Empréstimos CEON Centro Especializados Oncologia	3.390.001,00	2.439.320,00
	3.439.292,26	**2.652.023,72**

16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos financeiros incidentes	2015	2014
Capital de giro			
Em moeda nacional:			
Custeio Conta garantida	1,63% a.m.	300.000,00	
Custeio Empréstimos Bancários	1,13% a 1,66% a.m.	12.110.150,92	11.326.865,14
		12.410.150,92	11.326.865,14
Circulante		3.127.457,25	2.949.280,58
Não circulante		9.282.693,67	8.377.584,56

Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento	Garantias	Circulante	Não circulante	A vencer
Santander SUS - 2	1,13% a.m.	15/07/2019	Programa SUS	593.895,30	1.971.755,58	2.565.650,88
Santander-13º Salário	1,66% a.m.	10/11/2017	CTA 29	350.561,96	459.438,01	809.999,97
Santander-Conta Garantida	1,63% a.m.	31/12/2015	Hipoteca	300.000,00		300.000,00
CEF - 24.1997.610.0000007-21	1,65% a.m.	11/11/2020	Programa SUS	399.999,99	1.166.666,75	1.566.666,74
CEF- 24.1997.610.0000008-02	1,31% a.m.	10/11/2019	Programa SUS	1.483.000,00	5.684.833,33	7.167.833,33
TOTAL				**3.127.457,25**	**9.282.693,67**	**12.410.150,92**

Os empréstimos são contraídos basicamente para fins de financiamento de suas atividades operacionais.

O valor justo dos financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados.

17 - PROVISÕES CONTINGÊNCIAIS

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cível, tributários e outros em andamento.

A Sociedade não tem o hábito de contabilizar as provisões para contingências como Determinado pelo Comitê de Pronunciamento Técnico CPC-25. De acordo com o relatório dos assessores jurídicos em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade possui ações trabalhistas na condição de provável perda no montante de R$ 3.290.404,69, ações cíveis no total de R$ 7.407.750,40 e, ações fiscais em R$ 2.992.258,35 ações na condição de Possível perda, perfazendo um total geral de R$ 13.690.413,44.

18 - CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2015 é composto por:

	2015	2014
Patrimônio Líquido	425.443,54	425.443,54
Supervit/Déficit	550.397,69	3.619.836,28
Ajustes de Exercícios Anteriores	(590.489,61)	(1.601.765,86)
	385.351,62	2.443.513,96

Para corrigir erros nos registros anteriores ao exercício corrente e manter as demonstrações contábeis em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC-23 a Sociedade identificou e retificou os erros materiais e imateriais ocorridos contabilizando os Ajustes na conta de Superávit do Exercício para melhor divulgação das demonstrações contábeis.

O efeito fiscal decorrente da retificação de erros de períodos anteriores e de ajustes retrospectivos foram analisados pela Sociedade porem não foram aplicados em função da Sociedade tratar-se de uma entidade filantrópica, imune do imposto de renda conforme legislação aplicável.

19 - RECEITA

As receitas da Sociedade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles: avisos bancários, notas fiscais e outros. Nessa apuração estão excluídas as inadimplências e os valores considerados incobráveis, conforme demonstrativo:

	2015	2014
Receita com Atendimentos ao SUS	26.233.462,37	25.953.705,79
Receita com Atendimentos a Particulares	454.131,40	239.940,57
Receita com Atendimentos ao Convênio	14.223.984,01	17.129.714,60
Receita Bruta de Vendas	40.911.577,78	43.323.360,96

	2015	2014
Receita Bruta dos Atendimentos	40.911.577,78	43.323.360,96
Menos:		
Glosas	(1.502.365,98)	(2.266.608,61)
Receita Líquida	39.409.211,80	41.056.752,35
Auxílios e Subvenções	6.819.987,79	5.515.756,72
Doações em Espécies e Materiais	60.091,38	400.851,98
UNAERP	1.557.486,88	1.542.998,40
Receitas Diversas	3.901.727,72	3.748.558,40
(Menos Perdas na Baixa de Imobilizado)	(279.624,59)	(33.884,72)
	51.468.880,98	52.231.033,13

As receitas da Sociedade são constituídas pela prestação de serviço médico hospitalar em atendimento aos convênios particulares e reconhecidos no período em que são realizadas.

No exercício de 2015 a Sociedade recebeu como repasse do Convênio SUS R$ 26.233.462,37, desse montante R$ 5.387.258,74 refere-se a recursos próprios destinados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Receitas Diversas:

	2015	2014
Aluguéis	567.298,75	455.050,00
Bonificação	1.330,64	9.360,00
Descontos Obtidos	549.654,48	542.465,74
Fotocópias e Xerox	1.853,20	2.547,00
Nota Fiscal Paulista	102.942,81	91.182,74
Outras Instituições de Ensino	60.000,00	192.600,00
Outras Receitas	24.837,91	1.789,19
Pensionista Vitalícios	1.770,00	5.162,50
Prêmio Preferência Bancária	100.000,00	
Reembolso Contratos Médicos	2.476.515,68	2.448.401,23
Refeições	4.010,50	
Residência Médica	9.750,00	
Taxa de Esterilização	1.763,75	
	3.901.727,72	**3.748.558,40**

20 - DESPESAS

	2015	2014
Despesas com Pessoal	16.675.659,71	15.318.870,21
Serviços de Terceiros	836.577,28	764.005,78
Serviços Médicos	19.723.746,12	17.836.417,82
Materiais e Medicamentos	9.874.945,91	9.742.322,92
Materiais de Consumo	1.292.579,65	1.346.659,84
Depreciações e Amortizações	1.199.293,73	1.057.067,46
Despesas Gerais	1.993.280,97	1.969.537,93
TOTAL	**51.596.083,37**	**48.034.881,96**

As despesas da Sociedade aumentaram em decorrência dos seguintes fatos que devem ser evidenciados, com exceção Materiais e consumo:

Folha de Pagamento - Reajuste salarial de 8,86% referente ao dissidio (media entre os Sindicatos).

Serviços de terceiros - Reajuste de aproximadamente 9,50% conforme contratos e acordos.

Serviços Médicos - Aumento conforme demanda de atendimento aos pacientes.

Materiais e Medicamentos - Reajuste na média 1,36% dependendo dos fornecedores.

Materiais de Consumo - Redução de 4,02%, resultado de um trabalho em equipe com Comissão de Redução de Custos, controlando e gerenciando gastos juntos com os responsáveis de cada área; Implantação, controle e gerenciamento do Processo de Centros de Custos.

Depreciação e Amortizações - Aumento 13,45% com aquisição de novos bens Patrimoniais.

Despesas Gerais - Aumento 1,21% referente consumo, agua, energia elétrica, telefone, internet, despesas com reajuste de Alugueis, IPTU, Gás de Cozinha, Manutenção de Veículos e combustíveis, material de informática e contratos de locação de equipamentos.

21 - ISENÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao Parágrafo Único, Artigo 4º, do Decreto nº 2.536 de 07/04/1998 e alterações são demonstrados os valores relativos à Quota Patronal-INSS no valor de R$ 3.534.497,75, CSLL no valor de R$ 119.499,05, COFINS no valor de R$ 1.561.044,39 e ISS no valor de R$ 788.184,24, perfazendo um total de R$ 6.003.225,43, que representa às isenções usufruídas pela Sociedade Portuguesa de Beneficência durante o exercício de 2015.

21.1 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em razão da Sociedade não distribuir parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no pais os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantem escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social, dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional CTN.

22 - SUBVENÇÕES E DOAÇÕES

Os valores recebidos a título de Doações durante o exercício de 2015 se divide em três grupos.

	2015	2014
Pessoa Jurídica	11.631,38	3.620,00
Pessoa Física	531	2.360,00
Materiais e Equipamentos	47.929,00	359.301,98
COREME		35.570,00
	60.091,38	**400.851,98**

As doações de Materiais e Equipamentos Imobilizado seguem os fluxos dos processos, as demais doações recebidas são depositadas diretamente em conta corrente bancária ou caixa da Sociedade.

	Origem	Valor R$	Recebido	A receber
A	Secretaria de Estado Saúde Convênio 134/2014	441.000,00	441.000,00	
B	Ministério da Saúde -Proposta 04941/2014	500.200,00	500.200,00	
C	Secretaria de Estado Saúde Convênio 1193/2014	3.338.511,12	3.338.511,12	
D	Secretaria de Estado Saúde Convênio 155/2015	4.206.528,00	2.103.264,00	2.103.264,00
E	Secretaria de Estado Saúde Convênio 223/2015	1.458.000,00	486.000,00	972.000,00
	Total Bruto	**9.944.239,12**	**6.868.975,12**	**3.075.264,00**
	(-) Devolução Subvenção		(48.987,33)	
	Total Líquido	**9.944.239,12**	**6.819.987,79**	**3.075.264,00**

A. Convênio nº 134/2014 Processo nº 001.0213.000072/2014 datado em 17 de fevereiro de 2014 junto à Secretaria de Estado de Saúde, custeio destinados a Serviços de Terceiros referente ao Pro Santa Casa 2, conforme plano de trabalho, Custeio das atividades hospitalares ao atendimento ao paciente, no montante total de R$ 1.764.000,00.

B. Proposta nº 04941/2014 datado em 23 de dezembro de 2014 referente Emenda Parlamentar do Deputado Antônio Duarte Nogueira Junior, objeto de aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de atenção especializada em saúde no montante de R$ 500.200,00.

C. Convênio nº 1193/2014 Processo nº 001.0213.000549-2014 datado em 12 de junho de 2014 junto à Secretaria de Estado da Saúde, custeio visando pagamento de serviços de terceiros e aquisição de materiais de consumo, no montante de R$ 6.667.022,24.

D. Convênio nº 155/2015 Processo nº 001.0213.000539/2015 datado em 26 de maio de 2015 junto à Secretaria de Estado da Saúde, custeio visando aquisição de materiais de consumo e serviços de terceiros, no montante de R$ 4.206.528,00.

E. Convênio nº 223/2015 Processo nº 001.0213.000737/2015 datado em 31 de julho de 2015 junto à Secretaria de Estado da Saúde, custeio destinados a serviços de terceiros referente ao Pró Santa Casa 2, no montante de R$ 1.458.000,00.

No exercício de 2015 a Sociedade recebeu a título de auxílios e subvenções do poder público, assim como doações que foram contabilizadas conforme Normas Brasileiras NBC ITG 07-Subvenções Assistências Governamentais, para fazer à Programação de custeio e operacionalidade das suas atividades filantrópicas, sendo totalmente aplicadas na entidade no valor total de R$ 6.868.975,12.

Foi devolvido aos cofres públicos a quantia de R$ 48.987,33 pela não utilização do recurso.

23 - CONCESSÕES DE GRATUIDADES

De acordo com a Lei nº 12.453 de julho de 2011 que altera a Lei nº 12.101 de 2009 e traz novas providencias acerca da Certificação/Renovação da Filantropia, abaixo estão evidenciados os atendimentos SUS e NÃO SUS atendendo ao Percentual mínimo de serviços prestados ao SUS conforme rege o art. 9º, Inciso III da Lei nº 12.453.

Leitos Existentes 157, sendo 115 destinados ao SUS e 42 aos Não SUS.

	SUS	Variação	NÃO SUS	Variação	Total	Porcentagem
PACIENTES DIA	35.443,00	79%	9.505,00	21%	44.948,00	100%
ATENDIMENTO	45.984,00	57%	34.698,00	43%	80.682,00	100%
AMBULATORIAL						
TOTAL	**81.427,00**	**65%**	**44.203,00**	**35%**	**125.630,00**	**100%**

O montante atribuído à gratuidade no ano de 2015 foi de R$ 8.109.819,60, compreendendo o déficit nas contas do SUS, subtraindo as Subvenções, doações e o faturamento SUS recebidos, chegamos na informação que, para cada R$ 1,00 recebido gasta-se em torno de R$ 1,26.

24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não possui qualquer operação com derivativos.

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Sociedade (que inclui capital social e reservas conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido).

A Sociedade não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

24.1 - Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

24.2 - Gestão de capital

A gestão de capital tem por objetivo suportar a estratégia de crescimento da Sociedade, levando em consideração o interesse dos quotistas e de outras partes interessadas. As fontes de capital utilizadas nas operações são escolhidas com base numa série de fatores, entre eles custo do financiamento, prazos de carência e de pagamento e de nível de alavancagem financeira.

A Sociedade busca minimizar o custo do seu capital, e para atingir tal objetivo poderá, entre outras medidas, aumentar ou reduzir o montante de empréstimos e outras obrigações, alterar a sua política indicativa de pagamento de dividendos, devolver o capital aos quotistas, emitir novas quotas ou vender ativos.

A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida por sua vez corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

	2015	2014
Total dos Empréstimos	12.410.150,95	11.326.865,14
Menos Caixa e Equivalente de Caixa	2.640.404,64	3.894.473,11
Dívida Líquida	9.769.746,31	7.432.392,03
Total do Patrimônio Líquido	385.351,62	2.443.513,96
Total do Capital	**10.155.097,93**	**9.875.905,99**
Índice de Alavancagem Financeira - %	96%	75%

24.3 - Estimativas do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *(impairment)*, esteja próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no mínimo 30 dias. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que é disponível para a Sociedade para instrumentos financeiros similares.

As aplicações financeiras, representadas por fundos de renda fixa e classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, foram avaliadas com base na cotação final do exercício fornecida pela respectiva instituição financeira.

25 - SEGUROS (não auditado)

É política da Sociedade manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a risco, entretanto a cobertura contratada, na modalidade corporativa, índice nas causas por danos naturais e acidentais. De acordo com a orientação dos consultores de seguros e pela Administração da Sociedade, os montantes assegurados são julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e da modalidade contratada.

A. Apólice nº 1030- datada em 08/04/2015, Seguradora Royal & Sunallaince Seguros (Brasil) S/A, vigência 17 de abril de 2015 à 17 de abril de 2016, Valor em risco R$ 10.000.000,00, incêndio, raio e explosão do Prédio próprio da Sociedade localizado à Rua Tibiriçá nº 1172.

B. Apólice nº 1095291-0 datada em 03/09/2015, Sul América Cia. Nacional de Seguros, vigência 26 de agosto de 2015 à 26 de agosto de 2016, Valor em Risco R$ 260.000.00 cobertura para terceiros (RCF, Danos Materiais, Danos Corporais) Acidente de Transito (morte ou invalidez) e outros danos ao veículo GM-S 10 STD 2.4. Ano 2004, Placa CMW 3506-SP.

C. Apólice nº 102505672 - datada em 26/08/2015, Allianz Auto Instituto Ayrton Senna Automóvel, vigência 26 de agosto de 2015 à 26 de agosto de 2016, Valor em Risco R$ 350.000,00, cobertura responsabilidade civil veículos (danos materiais, danos corporais, danos morais) e acidentes pessoais por passageiro (morte e invalidez permanente) ao automóvel Modelo Versailles Royale GL 1.8i, Ano 1996, Placa CFP 9227.

26 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelos sócios em 08 de fevereiro de 2016.

27 - PLANOS DE APOSENTADORIA

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não possui planos de aposentadoria por benefício definido ou contribuição definida para seus empregados e administradores.

28 - DÉFICIT DO EXERCÍCIO

EM 31 de dezembro de 2015, encerramos o exercício com um déficit operacional de R$ 1.467.672,73 (hum milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos).

CENÁRIO EM 2015:

Crise atual no país: Com a atual crise no Brasil o hospital está cada vez mais vulnerável, onde 79% de suas atividades de internação são destinadas ao Convênio SUS, precisando de mais verbas suplementares para auxiliarem no pagamento das despesas do hospital.

1. Houve redução das Subvenções em R$ 1.388.247,12 no ano conforme demonstramos a abaixo, além do atraso no recebimento de uma parcela no valor de R$ 121.500,00 (recebendo somente em 2016), perfazendo um total de R$ 1.509.747,12.

	2015	2014	Redução
Santa Casa Sustentável	556.418,52	350.544,00	(205.874,52)
Pro - Santa Casa	147.000,00	121.500,00	(25.500,00)
	703.418,52	**472.044,00**	**(231.374,52)**

Total de 06 Parcelas	2015	2014	Redução
Santa Casa Sustentável	3.338.511,12	2.103.264,00	(1.235.247,12)
Pro - Santa Casa	882.000,00	729.000,00	(153.000,00)
	4.220.511,12	**2.832.264,00**	**(1.388.247,12)**

2. Recebimento do Convênio SUS, em atraso em média de 04 a 05 meses nos recursos próprios repassados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, com saldo a receber em 31/12/2015 no montante de R$ 2.303.985,35.

Convênio SUS - Demonstrativo de Saldo a Receber em atraso:

	2015
jul/15	263.566,91
ago/15	536.724,91
set/15	541.827,24
out/15	527.214,46
nov/15	434.651,83
	2.303.985,35

3. Convênio - Houve também em 2015, a retirada de um Convênio contratado desde 2013, onde gerava prejuízo a entidade, havendo com isso uma perda imediata de receita bruta.

PROJETOS REALIZADOS EM 2015

- Readequação das despesas e receitas de acordo com as necessidades da instituição;
- Reforma do Estatuto;
- Início da reforma do Ambulatório SUS;
- Início do processo integralizado de pagamentos médicos;

- Aprimoramento do projeto de Centro de Custos;
- Implantação da Comissão de Redução de Custos;
- Implementação de um novo módulo no sistema de compras (plataforma on line) resultando em diminuição dos custos das aquisições na ordem de 2,6%, comparativo ao ano de 2014;
- Início de projeto de investimento junto ao BNDES a fim de ampliar e adequar estruturas, priorizando aqueles que trarão um maior retorno financeiro em menor prazo;
- Captação de recursos a título de subvenções para aquisições de equipamentos, instrumentais, móveis e etc;
- Captação de novos convênios e negociação/atualização das tabelas, incrementando o faturamento;
- Negociação com novas equipes médicas, com intuito de aprimorar o nível de serviço e aumentar o faturamento;
- Continuidade da parceira com a UNAERP;
- Trabalho de redução do Banco de Horas, com diminuição de 27% na quantidade de horas;
- Implantação Programa de Residência Médica (COREME), criado em 2014 cujo início das atividades deram se em 2015 com 6 residentes, o objetivo é a melhoria no atendimento aos pacientes do SUS, integrando a área educacional. Foram inseridos no sistema do Ministério da Educação os serviços de Ortopedia, Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular.

CENÁRIO DE 2016:

Tudo indica que o país permanecerá com a economia estagnada, continuaremos com os projetos de otimização dos recursos e busca por resultados atrativos, focando nos itens abaixo:

A. Lucratividade: Analisar a lucratividade das especialidades/serviços, tomando as ações necessárias que vão de encontro com os objetivos do hospital;

B. Modernização e Ampliação do Hospital: Captar recursos junto às Instituições Financeiras (BNDES) para modernização e ampliação do hospital, o foco serão os projetos que gerem receita de curto prazo a fim de custear os próprio investimento;

C. Gestão do Corpo Clinico: Criar um processo que gerencie as atividades das equipes médicas/especialidades a fim de monitorar suas produções, que devem estar alinhadas aos compromissos do hospital junto aos seus contratantes (SUS e demais convênios);

D. Implantação da cultura de resultados: Apesar de ser uma instituição de saúde sem fins lucrativos, e, sem ferir os princípios da medicina, todos os profissionais tem que ter uma visão de que todos podem contribuir para o resultado do hospital. Esta é uma mudança cultural que leva à uma quebra de paradigmas a profissionalização.

PROJETOS PARA 2016:

- Readequação das despesas e receitas de acordo com as necessidades da instituição;
- Finalização da reforma do Ambulatório SUS;
- Início da implantação de Previsão Orçamentária por Centros de Custos;
- Implantação do Setor Comercial;
- Continuação do projeto de investimento junto BNDES;
- Lançamento de revista sobre o hospital;
- Captação de recursos a título de subvenções para custeio;
- Início das atividades das novas equipes médicas;
- Continuidade do trabalho de redução do Banco de Horas, com conscientização de funcionários e outras medidas que se fazem necessários em relação as horas negativas;
- Continuidade do Programa de Residência Medica (COREME), iniciando 2016 com 8 médicos residentes, solicitamos o incremento dos serviços de neurocirurgia e coloprocto que estão em fase de avaliação.

29 - EVENTO SUBSEQUENTES

A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

ROSELI CASSANTA SILVA - Contadora - TC-CRC/SP 166.640-0
DULCE MARIA CAGNOLATI - Presidente
MARIA BERNADETE CAGNOLATI - Tesoureira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no exercício de suas funções legais e estatutárias e em cumprimento ao Artigo 68º, Item IV do Capitulo XVI dos Estatutos Sociais da SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA Hospital Imaculada Conceição, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, Relatório ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Com base nos exames efetuados, os membros desse conselho opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

CARLOS FREDERICO MARQUES
NELSON RUBENS MARQUES
RUBENS DE OLIVEIRA ROCHA

UE 02.09.10

A **SPE VITTA RESIDENCIAL LTDA**., torna público que **requereu** aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto para Construção de Torre Residencial, referente ao Processo nº 02.2015. 020420-1, localizado na Rua Tito Bonagamba, no Bairro Valentina Figueiredo em Ribeirão Preto/SP, ficando disponível à consulta pública toda a documentação que compõe o estudo, pelo período de 05 (cinco) dias, de acordo com o Artigo 31 da Lei Complementar nº 2157/07, na Secretaria de Planejamento e Gestão Pública.

(08, 11, 12, 13, 14/04)

Medidas Preventivas no Controle de **Escorpião**

- Mantenha sempre limpos jardins e quintais, aparando a grama com frequência.
- Manter limpos os sótãos, garagens e porões.

- Elimine o lixo proveniente da varredura de quintais e áreas externas. Não amontoe folhas, gravetos, papéis e outros objetos que sirvam de abrigo para os escorpiões.
- Evite materiais empilhados, tais como: madeira, tijolos, pedras ou sobras de construção. Estes objetos servem de abrigo para escorpiões, aranhas, favorecendo também o aparecimento de outros insetos que servem como alimento para os escorpiões.
- Mantenha limpos os terrenos baldios próximos às residências. Não permita que estes locais transformem-se em vazadouros de lixo ou depósitos de entulhos.
- Vede frestas em portas, janelas, pisos, muros e paredes com revestimento de pedras ou azulejos.
- Reboque as paredes recém construídas, pois as perfurações dos tijolos servem de abrigo para os escorpiões.
- Limpe e tenha cuidados especiais com gavetas de armários de cozinha e de guarda-roupas, principalmente aquelas próximas ao assoalho.
- Limpar constantemente ralos de banheiro e de cozinha e tapá-los quando fora de uso.
- Mantenha alimentos acondicionados corretamente para evitar a instalação de baratas, formigas e outros insetos que podem servir como alimento para os escorpiões.
- Cuidado ao vestir roupas, principalmente calças compridas, que tenham ficado espalhadas pelo chão. Examine chinelos, sapatos e botas antes de usá-los.
- Manter os berços de crianças um pouco afastados das paredes. Verificar colchões e roupas de cama ao deitar as crianças.

OS PRATOS PARA VASO REPRESENTAM DE 20 A 40% DOS FOCOS DO MOSQUITO TRANSMISSOR DA DENGUE DENTRO DOS DOMICÍLIOS.

VEJA COMO EVITAR:

ERRADO	CERTO
PLANTAS AQUÁTICAS NA ÁGUA	ELIMINE ÁGUA PARADA CULTIVE A PLANTA NA TERRA
EXCESSO DE ÁGUA NOS PRATOS	ELIMINAR O PRATO OU UTILIZAR PRATO JUSTAPOSTO PARA EVITAR ÁGUA PARADA
PINGADEIRA	LAVAR UMA VEZ POR SEMANA COM BUCHA AS PINGADEIRAS PARA DESCOLAR OS OVOS DO MOSQUITO OU COLOCAR AREIA ATÉ A BORDA

600 MIL CONTRA A DENGUE

Água Parada é o começo da picada

Apoio:

Realização:

SECRETARIA DA SAÚDE

PREFEITURA DA CIDADE RIBEIRÃO PRETO
faz nossa vida acontecer